

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# POVO E FORÇAS ARMADAS UMA SÓ VONTADE

25 DE ABRIL—25 DE JULHO. Mais uma vez as ruas de Portugal vibraram em uníssono numa vigorosa afirmação de vontade popular. Na capital, o Povo veio mostrar de maneira expressiva e concludente que «UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!»

Nos pontos de concentração, no já histórico Estádio 1.º de Maio cheio de ponta a ponta, nas vozes fundidas numa só voz de centenas de milhares de portugueses o que se exprimiu foi o voto de confiança de um povo nas suas Forças Armadas.

Eis uma imagem impossível antes do 25 de Abril, esta da potente aliança entre as massas populares e os filhos do povo fardados, uma aliança para levar avante um caminho iniciado pelos valentes soldados e marinheiros, e por iniciativa patriótica de uma oficialidade que se fez intérprete das aspirações mais profundas do seu povo.

O 25 de Julho é um voto de confiança do povo nas Forças Armadas e é também uma afirmação da sua vontade de não tolerar que forças ultrapassadas entrem o caminho para a democracia e liberdade, para o fim das guerras coloniais e do colonialismo, para dar a quem produz a riqueza a parte que lhe é devida, para libertar a nossa economia e o nosso desenvolvimento da tutela e das conspirações dos grandes monopólios multinacionais. Este é o verdadeiro significado desta grandiosa jornada popular de exaltação do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório que teve a sua mais viva expressão na gigantesca concentração no Estádio 1.º de Maio e nos desfiles — verdadeiros rios humanos — que percorreram as ruas de Lisboa.

## No Estádio 1.º de Maio

## 200 000 pessoas reafirmam a sua fidelidade aos ideais da Democracia

É difícil descrever a torrente humana que invade o Estádio 1.º de Maio.

De onde vêm? Os cartazes anunciam nomes. Os distícos vermelhos, brancos e verdes, trazem saudações ao Movimento das Forças Armadas, afirmações de fidelidade ao novo Governo Provisório.

Trazem as mensagens de adesão dos trabalhadores de várias empresas. «Os motoristas apoiam o Governo Provisório». Entra o primeiro destacamento de bandeiras vermelhas. Aplausos. Depois outras delegações. Outros cartazes. «Associação dos Escritores Portugueses». Outras

bandeiras. A banda de música de Sacavém.

O 25 de Abril revive hoje na noite quente de Julho. Um entusiasmo sem limites. As palavras de ordem repetidas em coro: «Fim à guerra», «Unidade». As bandeiras vermelhas. As bandeiras verde-rubras. «P.C.P.» cadenciado, poderoso. Força das fábricas, dos bairros populares força invencível do proletariado português das massas populares. «A vitória é difícil, mas é nossa», «Abaixo a reacção».

A prova está de novo feita, três meses depois da madrugada libertadora. Povo e Forças Armadas mais unidos ainda, numa mesma frente.

Chega um destacamento de marinheiros, hasteando bandeiras Entusiasmo indescrevível. Grita-se em coro «M. F. A.», «M. F. A.». De pé centenas de milhares de pessoas saudam os representantes das Forças Armadas.

As forças reaccionárias tecem a teia da conspiração, na escuridão da noite. O povo e as forças democráticas unidos às Forças Armadas destruíram os seus sinistros planos.

Assim o demonstra a grande, a inesquecível jornada no Estádio 1.º de Maio.

Assim o demonstra a unidade antifascista consolidada nesta noite memorável.

Os sindicatos, a classe operária, estão presentes. São a

força do Estádio 1.º de Maio. Trouxeram a afirmação de unidade e confiança dos trabalhadores, a sua firme decisão de não aceitar a obra de desagregação e de sabotagem das forças reaccionárias e fascistas. A sua firme decisão de construir a Democracia, com as massas populares, com as forças antifascistas, com o Movimento das Forças Armadas.

«Venceremos!»

A reacção não passará» — declarou Mário Soares

Aberto o comício, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista e ministro



dos Negócios Estrangeiros do actual Governo Provisório foi o primeiro orador da noite. «Basta ver esta extraordinária e maravilhosa manifestação do povo democrático de Lisboa para saber que aquela legenda que brotou espontaneamente na madrugada de 25 de Abril estava certa — O povo unido jamais será vencido — começou por afirmar Mário Soares, tendo acrescentado: «Estamos aqui reunidos no mesmo ideal, mas podemos declarar: venceremos! A reacção não passará».

Referindo depois a unidade do povo português com o Movimento das Forças Armadas, Mário Soares afirmou que «essa unidade está substanciada no Programa do M.F.A. que é, também, o programa do Governo Provisório da II República».

Continuando as suas palavras, o ministro dos Negócios Estrangeiros declarou que esse programa aponta para três grandes direcções — democratizar, descolonizar, desenvolver.

«Temos de democratizar — prosseguiu — e para democratizar precisamos de sanear (ritimado ouviu-se em todo o recinto o grito «saneamento») e acabar com os fascistas nos seus postos».

Recordando depois que isso depende do Povo e da sua

unidade com as Forças Armadas, Mário Soares afirmou logo a seguir que «para democratizar são necessários os partidos políticos e aqueles que falam mal dos partidos políticos não são democratas, pois sem partidos não há democracia política».

A seguir, Mário Soares acentuaria, «a necessidade de acelerar o processo da descolonização, pois as guerras coloniais são um cancro que corroi a vida nacional. Temos de ter a coragem de reconhecer que essas guerras continuam e temos de lhes pôr termo», pois atrasar todo o processo de descolonização apenas serve «para deteriorar o ambiente em Portugal e em África».

Relativamente ao terceiro objectivo do Programa do M. F. A. — desenvolver — Mário Soares declarou que é necessário trabalhar, «mas para podermos ao Povo que trabalhe mais é necessário que o Governo Provisório garanta que o resultado desse trabalho não vá enriquecer meia dúzia de multimilionários; é preciso que a riqueza nacional possa ser distribuída equitativamente e possa assegurar uma verdadeira justiça social».

Por último, o ministro do Governo Provisório ressaltou a necessidade de estabelecer relações diplomáticas com países africanos e árabes e,

depois de ter dirigido uma saudação ao Chefe do Estado e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, afirmou a terminar, que precisamos de continuar em frente, unidos.

Reforçar a aliança — Manter viva uma grande mobilização popular

Teve particular significado a intervenção que José da Felicidade Alves, da Comissão Central do Movimento Democrático Português, fez em nome desse Movimento.

Depois de afirmar que só foi possível «deitar abaixo a estátua de bronze do fascismo», «pela conjugação de uma luta longa, persistente, amassada em sangue, travada pelos mais generosos filhos do povo português, e a coragem viril, a lucidez de visão, a firmeza de acção e o imenso patriotismo das Forças Armadas», José da Felicidade Alves declarou que as «manobras sub-reptícias para modificar o curso democrático instaurado no País» não só tinham fracassado como tinham permitido «duas coisas maravilhosas»: «permitiram que o povo português obtivesse a prova provada de que as Forças Armadas mantêm o seu juramento de fidelidade ao Programa de Libertação do País, que elas haviam interpretado, elaborado e proclamado; e, consequentemente, nem por um momento enfraqueceram o pacto de esperança e de destinos entre o Povo e as Forças Armadas antes se reforçou e reafirmou esta aliança como a principal garantia de que o reinado do fascismo não regressará».

Alertando, logo a seguir, que «a libertação não está assegurada» — «venceram-se as primeiras batalhas, não se ganhou ainda a guerra» — Felicidade Alves afirmou que era necessário manter viva uma grande mobilização popular e que se impunha «uma grande vigilância popular sobre as campanhas provocatórias que as «forças reaccionárias não deixarão de suscitar, ou antes já estão a desencadear».

«Multiplicam as calúnias contra as forças democráticas — disse ainda —, recorrem a métodos que o nosso povo bem conhece da propaganda fascista, encham as paredes com insultos torpes, espalham boatos alarmistas, pretendem introduzir na vida política portuguesa um clima de austeridade e de conflitos que afaste largos sectores da população da participação política. Reclamam ordem mas são apaixonados da desordem a que o 25 de Abril pôs termo. Proclamam que as forças democráticas que mais corajosamente se bateram contra o fascismo, e que têm uma presença altamente responsável nas tarefas do presente, são inimigas da liberdade. Mas a liberdade que

desejam e por que sonham é a liberdade de oprimir e de explorar o nosso povo, que o 25 de Abril lhes retirou. Prognam como única entre três uma certa via de democracia baseada em «notáveis» textos de 1944; mas não nos eludiram sobre as razões por que esperaram 30 anos para nos rasgarem tão auspiciosos horizontes».

«A defesa da via democrática do País é inseparável do combate decidido às campanhas de divisão das forças democráticas, é inseparável do combate firme às tentativas de isolamento de qualquer organização democrática representativa».

E a concluir, declarou: «O futuro do País, a possibilidade de o nosso Povo poder vir em ampla liberdade a decidir do seu futuro em eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, o vencer as resistências e as dificuldades que se levantam à evolução democrática de acordo com os interesses populares, continuarão a depender do nosso empenhamento colectivo em defesa daquilo por que tanto lutámos, continuarão a depender como até aqui de que as Forças Armadas estejam com o Povo e de que o Povo esteja com as Forças Armadas».

Esta a grande certeza de que unidos e fortes, avançaremos, para um regime amplamente democrático assente no respeito da vontade popular».

## Outros oradores

Também intervieram no comício Magalhães Mota (em nome do Partido Popular Democrático) e Miller Guerra (a voz «de quem ainda não pertence a nenhum partido», mas quer a paz e a igualdade social para todos os portugueses), Magalhães Mota afirmou, nomeadamente, que nos seus colegas de Governo Alvaro Cunhal e Mário Soares, saudava e agradecia «a quantos, ao longo da noite fascista, fizeram com que a esperança brilhasse», e concluiu, declarando: «De mãos ligadas, temos um Portugal Novo a construir».

Miller Guerra acentuou a necessidade de se reconhecer imediatamente o direito à independência dos povos coloniais, tendo afirmado, ainda, que «a independência é um valor que não se discute, nem se negocia — a independência reconhece-se, nada mais».

No final da manifestação-comício e depois de entoado o hino nacional, a multidão começou a abandonar o Estádio 1.º de Maio, e grandes grupos de trabalhadores alastraram pelas ruas próximas. Os holofotes que durante todo o comício tinham cruzado os seus focos sobre a multidão apagaram-se enfim. Era o termo de uma jornada, só comparável à grande festa do povo no dia 1.º de Maio e que o Movimento das Forças Armadas tornou possível em Portugal.

## Álvaro Cunhal

## «É preciso andar para a frente»

No decorrer do comício, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou o seguinte discurso:

### CAMARADAS, COMPANHEIROS.

ESTA grande manifestação-comício das forças democráticas tem lugar depois de uma crise grave na vida política portuguesa, provocada por uma tentativa de forças conservadoras para contrariar e comprometer o caminho para a paz e a democracia.

A crise mostrou que, nas condições actuais, semelhantes tentativas estão votadas ao fracasso.

Evidenciou que o Movimento das Forças Armadas é uma grande e positiva realidade na vida nacional, uma força de garantia do processo de democratização.

Evidenciou o carácter determinante da unidade do povo com as Forças Armadas, que devemos salvaguardar como um bem precioso e de que este comício é uma brilhante demonstração.

Mostrou que existem condições essenciais que nos permitem afirmar com confiança: apesar das dificuldades e perigos, o curso democrático iniciado pela vitória histórica do 25 de Abril prosseguirá até à realização integral do Programa do Movimento das Forças Armadas, aprovado pelas mais amplas massas populares, no glorioso plebiscito do 1.º de Maio.

Que se desiludam as forças reaccionárias. A história não voltará atrás.

É necessário andar para a frente (e andaremos para a frente, embora num processo irregular, em que serão frequentes avanços e recuos) no caminho da paz, da resolução dos problemas mais urgentes das massas trabalhadoras, da consolidação das liberdades e da instauração de um regime democrático.

É NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NO CAMINHO DA PAZ E DA SOLUÇÃO DO PROBLEMA COLONIAL.

Depois de graves dificuldades, hesitações e perigos (que continuam sem dúvida a existir, mas mitigados) deram-se

novos e importantes passos para pôr fim à guerra e para a solução do problema colonial.

Durante muitos anos, o facto de nós, comunistas e outros democratas, defendermos o reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português dava lugar às mais graves acusações e perseguições. Agora, a própria lei constitucional acaba de reconhecer esse direito.

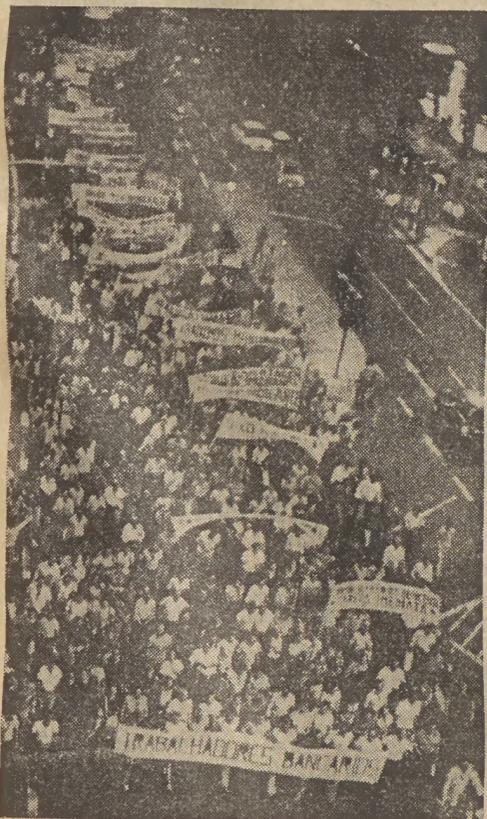
Trata-se de uma mudança histórica na posição oficial de Portugal, que temos razões para apoiar e aplaudir. Mas verdadeiramente histórico será o dia em que um povo submetido ao colonialismo português conquiste, finalmente, a independência e a conquista não contra a vontade, mas com pleno acordo do próprio povo português.

Temos confiança em que na Guiné-Bissau esse dia se aproxima e que será vitorioso em comum pelo povo português e pelo heróico povo da Guiné-Bissau, sob a direcção do PAIGC.

O colonialismo deixa cicatrizes e feridas nas relações entre os povos igualmente vítimas da exploração e duma guerra injusta. A luta das forças democráticas portuguesas e a solidariedade recíproca entre os nossos povos estão sarando feridas e apagando cicatrizes. Podemos e devemos trabalhar, para que o povo português e os povos que se libertem do colonialismo português reforcem os laços de amizade e que com a libertação se abra uma nova época de cooperação em todos os domínios, baseada no respeito mútuo dos interesses de povos livres e iguais.

Os portugueses vêm com alegria a aproximação do fim do colonialismo português. O colonialismo português tem sido e é, ainda, um factor da dependência de Portugal do imperialismo estrangeiro. A liberdade do povo português é inseparável da liberdade dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e outros territórios. O fim do colonialismo português será um factor decisivo para a construção de um Portugal verdadeiramente democrático e independente.

O processo está encetado. Será ainda complexo, irre-





# A UNIDADE DOS TRABALHADORES DO CONCELHO DE SERPA CONTRA AS MANOBRAS DOS GRANDES AGRÁRIOS

Os grandes agrários do concelho de Serpa tiveram duas derrotas. A derrota na Convenção, porque tiveram de pagar os salários exigidos pelos trabalhadores, e a derrota política, porque as suas manobras reaccionárias, esclareceram o povo do concelho de Serpa, até onde os grandes agrários e fascistas podem ir para defender os seus interesses. — sintetizou, para o «Avante!», o camarada José Mota, do Secretariado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas.

Após o comício de Moura, o «Avante!» ouviu vários camaradas de Vale de Vargo, Pias e de Serpa, sobre as manobras dos grandes agrários durante as negociações para a Convenção de Serpa. Durante o comício, o camarada José Mota já tinha recordado a luta de Serpa, frisando:

Só unidos podemos vencer, temos de esquecer inimizades, que existem entre povoações porque, meus amigos, isso é o que eles querem, e foi essa a arma principal que utilizaram, e querem continuar a utilizá-la. Há muita gente interessada em que os trabalhadores se dividam, mas nós a essa manobra dizemos não. Porque, quanto mais unidos estivermos, maior será a nossa força. Isto ficou bem provado na luta que travámos do nosso maritizado distrito. Como devem saber foram assinadas convenções de trabalho em Beja, Aljustrel, Vidigueira, Cuba, Ferreira do Alentejo, Serpa, Alentejo e Moura, estando a ser negociadas as convenções de Mértola e Castro Verde. (...) Os agrários de vários concelhos cederam sem ser preciso recorrer à greve. Noutros como o de Serpa, tivemos uma greve que durou quatro dias, mas nós trabalhadores fomos para essa greve depois de se terem esgotado todas as possibilidades de acordo, porque, meus amigos, os trabalhadores não estão interessados em greves, devemos saber manobrar essa arma e só a devemos usar em último caso. (...)

Durante esses dias, não se cansou a reacção de lançar boatos e calúnias. Que os trabalhadores andavam a soltar o gado e a bloquear as estradas e a incendiar as searas. Mas nós trabalhadores, com piquetes montados, de dia e de noite, passadas poucas horas já tinhamos localizado um incendiário. Tratava-se de um jovem pastor de 16 anos que tinha deitado fogo à seara por ordem do patrão.

O concelho de Serpa e a sua estrutura agrária. Para compreendermos melhor o clima que se vive em Serpa, vale a pena recordar que neste concelho viviam em 1970, época do último censo, cerca de 24 000 pes-

soas, das quais 5380 em Aldeia Nova de S. Bento, 1890 em Brinches, 4820 em Pias, 4390 em Salvador, 3600 em Santa Maria, 1615 em Vale de Vargo e 2266 em Vila Verde de Ficalho.

A estrutura da população activa agrícola era, segundo Júlio Martins analisando as «estruturas agrárias do Continente», muito característica: 3,8 por cento de patrões, 6,6 por cento de isolados, 89,6 por cento de trabalhadores por conta de outrem (sendo 85,6 por cento assalariados e 4 por cento trabalhadores não remunerados). Esta era a situação na altura dos último inquérito agrícola.

No concelho de Serpa, encontramos uma única propriedade com mais de 2500 e menos de 5000 hectares aráveis, representando 3,7 por cento da área acumulada; 11 propriedades, com mais de 1000 e menos de 2500 hectares aráveis, representavam 21 por cento; 28 propriedades entre 500 e 1000 hectares aráveis, representando 33,6 por cento da área acumulada.

Em síntese, as propriedades com menos de 500 hectares aráveis representavam ainda cerca de 42 por cento da área arável acumulada do concelho de Serpa. Segundo a mesma obra de Júlio Martins, uma das principais casas agrícolas de Serpa é a Casa Pulido Garcia; no entanto, as suas explorações vão muito para além do concelho, só para termos a ideia da importância que pode uma casa agrícola, no Baixo Alentejo dicriminemos as principais propriedades:

— Herdade dos Barrocais e Chirra, no concelho de Serpa e herdade de Amadeu, Pohna, Samarra e Sermarias, no concelho de Moura, em regime florestal, abrangendo um total de 1378,9 ha.

— O conjunto de herdades do Facho Charneca e Vareta, no concelho de Serpa, em regime florestal, com 1266,3 ha, dos quais 558,5 ha de cultura arvense.

— Herdade do Meirinho no concelho de Serpa, em regime florestal, com 234,4 hectares.

— Herdade de Arrochais de Vale de Navarro, no concelho de Moura, em regime florestal, com 301,9 ha.

— Herdade do Monte Negro, no concelho de Moura, com 501,9 ha.

— Herdade das Tojeiras, com 316,6 ha, em Moura

— Herdade do Tril, Insua, Insuinha, Areiro e Tenxugueira, no concelho de Vidigueira, em regime florestal, com um total de 961,1 hectares.

— Herdade do Farrobo, no concelho de Vidigueira, em regime florestal, com 668,8 hectares.

Além destas propriedades, nestes três concelhos, à mesma casa agrícola pertencem vastos prédios nos concelhos de Aljustrel e Beja, onde também criam gados e produzem cereais e cortiça. À mesma casa é ainda proprietária noutras regiões, designadamente Anadia. Por outro lado, esta família, a Pulido Garcia, está intimamente ligado à Orta Cano, com vastos prédios em todo o distrito e em ligação com outras poderosas famílias (Souza Coutinho), ocupando posições administrativas em grandes empresas industriais (Sacor).

A importância relativa das grandes casas agrícolas, o seu carácter familiar e as relações profundas com as grandes empresas industriais, que refere Júlio Martins, na sua obra, pode explicar a ligação profunda entre os acontecimentos de Serpa e o período de crise política que se viveu na altura. A reacção internacional, o sensacionalismo da imprensa da direita internacional — os comunistas queimam as searas — o eco que os acontecimentos em Serpa tiveram rapidamente em todo o mundo reaccionário, a forma como foi aproveitado em vários planos, também se poderá explicar pelas relações entre as casas agrícolas de Serpa e os monopólios e sectores mais reaccionários do País. Mas o que é que aconteceu em Serpa?

## As manobras dos grandes agrários em Vale de Vargo

As manobras dos grandes agrários no concelho de Serpa as tentativas de divisão dos trabalhadores, o fogo nas searas, a vigilância dos trabalhadores agrícolas através dos piquetes, a solidariedade entre os camponeses defendendo as suas searas e dos grandes agrários, as manobras reaccionárias da «ALA» para reconstituir o «corporativismo da lavoura» podem detectar-se numa pequena história que nos foi contada pelo camarada Manuel Coelho Calado, a quem ouvimos sobre a duríssima luta dos trabalhadores de Serpa.

O concelho de Serpa entrou em greve e a luta não foi tão fácil como muita gente pensa. «Eles» lançaram fogo às searas e culpavam os trabalhadores, que, em resposta, tiveram de fazer três ou quatro noites de piquete, para guardar os campos e as estradas. Foi muito sofrimento e tensão para os trabalhadores. Os camponeses guardaram as searas deles e as searas dos grandes agrários, — começou a contar-nos António Calado.

Vale de Vargo ficou completamente apavorada com um fogo. Uma grande propriedade chamada Branquinhos pegou fogo e, dessa grande propriedade agrícola

o fogo passou para os currais dos desgraçados, dos pobres trabalhadores em pouco tempo. Dentro da greve de Serpa temos portanto, fogo dentro do concelho, fogo às paredes de Vale de Vargo, em que o povo de Pias, o povo de Brinches, o povo de Aldeia Nova de S. Bento e de Ficalho, todo em solidariedade, num momento impressionante, vão completamente par: o campo, dia e noite, para impedir que as forças da reacção façam esses crimes.

E o nosso camarada continua...

Se os trabalhadores do concelho de Serpa em greve não fazem essa vigilância, talvez eles lançassem mesmo fogo às casas e queimassem os trabalhadores. (...) Eles dizem que os trabalhadores é que estavam empenhados em puxar fogo. «O concelho de Serpa entrou em greve e os trabalhadores queimam as searas, roubam o gado, encerram o gado à força, trazem maiorais para a greve» — afirmavam eles. Tudo isto é mentira! Não se fechou gado à força, o trabalhador não puxou fogo, apagou fogo, o trabalhador vigiou os campos e as estradas.

## Tentativas de divisão dos trabalhadores

O nosso camarada falamos, no meio dum grande grupo de camponeses de Pias, Vale de Vargo, Moura, Serpa e Boleição, que se juntam ali na Praça de Touros de Moura. O comício tinha acabado. Todos queriam dizer alguma coisa para o «Avante!». Mas no seu conjunto aprovavam as palavras do camarada de Vale de Vargo.

A greve do concelho de Serpa foi duríssima. A Comissão dos Agrários do Concelho tinha uma grande cabeça à frente. Um homem habilidoso, que com uma certa demagogia procurava criar dificuldades às camaras do Sindicato, usava uma demagogia habilidosa, que estava sempre a atacar tudo quanto era podre e a tirando com esse pódre para cima do Governo democrático.

A Comissão dos Agrários de Serpa confiou a esse homem as negociações. E foi levado por esse homem, habilidoso e astuto, que o concelho de Serpa levou quatro dias a assinar a convenção.

«Pias deu um passo para a frente, Vale de Vargo deu um passo em frente, vamos para diante campones», mas Serpa com, menos experiência de luta, deixou-se burlar nos seus primeiros passos pelos grandes agrários que quiseram levar atrás de si Brinches e Aldeia Nova de S. Bento.

Aldeia Nova de S. Bento reagiu e não conseguiram levar de lá ninguém, Nem de Ficalho. Deixaram as aldeias revolucionárias do concelho de Serpa, Pias e Vale de Vargo. Para ali não se dirigiram estes, porque sabiam que a gente não os acatava. Foi por isso que as aldeias reagiram contra a comissão.

A forma, como se foi tentando criar uma convenção passando por cima dos trabalhadores mais esclarecidos — é nos contada pelo camarada. Mas os trabalhadores estavam vigilantes:

Depois de eles terem tudo assinado, eu cheguei lá, mais uns camaradas do Sindicato de todas as aldeias e disse-mos logo que era uma au-

téntica farsa dos agrários. Querem-nos iludir. Essa convenção não pode ser assinada. A greve foi lançada e com a greve começaram os fogos nas searas.

Uma notável maturidade política demonstraram os camponeses do concelho de Serpa, ao defrontarem as manobras reaccionárias dos grandes agrários e ao desmascararem, quer nas negociações quer na vigilância às searas, quem eram os verdadeiros culpados dos acontecimentos do Alentejo. Maturidade política que permitiu os trabalhadores distinguirem os diversos planos das manobras dos agrários, unirem a sua volta os pequenos proprietários no ataque aos fogos e nos piquetes de vigilância, combaterem o regionalismo, demonstrarem as tentativas de isolamento do povo trabalhador do Alentejo.

Os camponeses de Serpa, unidos, venceram as manobras dos grandes agrários e criaram amplas perspectivas políticas para todo o povo do Baixo Alentejo.

# TRABALHADORES DA SOREFAME: UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO

Exemplo de uma organização construída ao longo dos anos de repressão fascista, os trabalhadores da Sorefame, empresa da indústria metalomecânica, situada na Amadora lograram importantes vitórias na conquista dos seus direitos económicos e sociais.

A luta que conduziram particularmente nos últimos anos, ampliou a consciencialização política dos trabalhadores, cimentando a percepção de que a sua acção unitária constitui um dos meios mais eficazes de defesa e combate contra a exploração e as tentativas divisionistas em que o capital se empenha com o objectivo de quebrar a resistência dos trabalhadores.

Ainda em Janeiro deste ano, os 2630 trabalhadores da Sorefame encetaram um processo reivindicativo, motivado pela soma de fraudes que rodeavam o processo de negociação. Assim, a 15 de Janeiro, pelas 14 horas, os trabalhadores da Sorefame entraram em greve contra a maneira como decorria o estabelecimento do Acordo Colectivo de Trabalho.

## O «humor» do ex-administrador Soares de Melo

O aparente fracasso desta acção não só reforçaria a união entre os trabalhadores, estimulando o processo de consciencialização dos interesses, revelando uma vez mais os inimigos:

«Ficou demonstrada, se é que alguém o ignorava, a aliança entre os representantes do capital e o poder político fascista — diz-nos um operário. — O administrador Soares de Melo, que foi cá posto através do Banco do Fomento, dirigiu, então, uma carta bem significativa ao ministro fascista Cotta Dias, da qual tomámos conhecimento todos após o 25 de Abril. Quando na posse da carta lhe exigimos satisfações, respondeu-nos que epos-

# Os trabalhadores da UTIC-Laborim tomam posição contra as manobras da reacção fascista interna

Cento e noventa e três trabalhadores da UTIC-Laborim dirigiram-se ao «Avante!» como o órgão de informação mais válido na luta e defesa dos trabalhadores para assistir a um plenário dos trabalhadores da empresa que se realizou na passada segunda-feira, dia 22. A assembleia realizou-se no próprio local de trabalho, com grande participação, sendo debatidos os problemas da empresa contra as manobras da reacção fascista interna.

Numa pincelada rápida são os seguintes os factos ocorridos mais importantes: a administração pediu um empréstimo de 400 000 contos ao Governo; a par disto, no passado mês não foram efectuados os pagamentos à Caixa de Previdência.

De princípio seria para isto que se iria efectuar esta assembleia geral em que participaram mais de 400 dos 510 operários da empresa.

No entanto, um outro problema se levantou logo no início. Numa anterior assembleia geral fora decidido pelos trabalhadores elaborarem um inquérito a apresentar à administração, com vista ao saneamento interno. O médico foi logo a primeira pessoa apontada. A administração decidiu que ele também se devia defender, ficando, portanto, suspenso, até apurar culpas. Entretanto, um grupo de pessoas (chefes de secção) fizeram um pedido para ele ficar. Pelas intervenções e pela votação ficou bem explícita a opinião geral de que ele devia ir-se embora, sendo severamente criticadas todas estas tomadas de posição divisionistas, depois de,

todos em colectivo terem decidido que ele devia sair.

Em seguida passou a abordar-se e a discutir-se o facto de a administração não ter efectuado os pagamentos à Caixa de Previdência, o que constitui, para além de poder criar sérios problemas aos trabalhadores e seus familiares, uma tentativa da empresa resolver os seus problemas com o dinheiro dos trabalhadores.

A par disto, os associados da UTIC estão a congelar as suas encomendas de autocarros, tendo pedido um empréstimo de centenas de milhares de contos ao Governo.

## Decisões dos trabalhadores

Todos os presentes estavam conscientes de que o congelamento das encomendas e a falta de pagamentos à Caixa de Previdência servem para pressionar o Governo ao empréstimo, que só viria beneficiar os associados que já há muito vêm beneficiando de grandes créditos da UTIC e que vestindo a capa do MED às nacionalizações fazem o jogo da contra-revolução.

Assim, os associados têm o seu dinheiro parado, tentando prosse-

guir a sua actividade com o dinheiro do Governo.

Tomando posição perante esta situação foi decidido por unanimidade enviar à gerência da UTIC a seguinte moção: Os trabalhadores da UTIC-Laborim reunidos em assembleia local em 22-7-74, consideram o não pagamento à Caixa de Previdência como uma utilização arbitrária do nosso dinheiro que só a eles pertence e não permitem de forma alguma que essa arbitrariedade resolva os problemas da empresa, dos quais nós lhes cabem culpas. Assim e conscientes que essa atitude pode vir a criar sérios problemas a todos os trabalhadores e seus familiares, exigem o imediato pagamento à Caixa de Previdência.

Com vista a alertar para estes problemas o Governo, decidiu a assembleia, por unanimidade, enviar o seguinte telegrama:

Considerando o momento de crise económica nacional, trabalhadores UTIC alertam consideram seu dever alertar Governo Provisório manobras associados UTIC, congelando encomendas autocarros com finalidade obter empréstimos Governo. Trabalhadores UTIC-Laborim estão dispostos esclarecimento e sentem ser necessário serem ouvidos sobre situação.

No final foi feita uma breve saudação à presença da reportagem do «Avante!», saudação que foi vivamente aplaudida de pé, pelos presentes.

# Os seareiros de melão e tomate denunciam os reaccionários

Após uma reunião de seareiros da terra em Vila Franca de Xira, os lavradores tomaram a deliberação de não proceder a arrendamentos no próximo ano, lançando no desemprego centenas de trabalhadores, prejudicando a classe. A esta sabotagem económica dos grandes agrários, respondem os seareiros de melão e tomate, com um protesto firme e apelando para a unidade dos camponeses do Baixo Ribatejo.

Não querem os rendeiros, cultivadores de melão, pagar as rendas das terras onde têm as suas culturas?

Corre com insistência este boato nalguns sectores onde localmente se procede à cultura de melão.

Na verdade, parece haver uma pequena minoria de rendeiros que não satisfaz a renda dentro do prazo fixado, uns, por a sua débil situação financeira o não permitir, e outros, dada a gravidade da terra ser improduti-va, considerarem justa causa a anulação da renda.

## HISTÓRIA DO PC

Nos longos anos de clandestinidade perderam-se numerosos documentos do Partido, incluindo colecções da Imprensa. As faltas são particularmente graves antes de 1940.

A fim de organizar os arquivos do Partido e elementos para a história do PCP, faz-se um apelo a todos os camaradas que possuam documentos de interesse para que os ofereçam ao Partido ou, pelo menos, que os levem ao Centro de Trabalho do PCP em Lisboa, para que aí sejam tiradas fotocópias.

Em face desta situação, os lavradores que tinham arrendado as suas terras para esta cultura, lançaram o boato de que seareiros não queriam pagar as suas rendas.

Trata-se de uma calúnia, pois os referidos seareiros estão na firme disposição de pagar as suas rendas, exceptuando as áreas improduti-vas (baixos salgadiços), somente considerando como sua justa aspiração que a última prestação seja paga a um preço proveniente da venda do seu produto, ou seja a 15 de Agosto.

Os seareiros, tanto os cultivadores de melão como os de tomate, defendem ainda para a próxima campanha as seguintes reivindicações:

1.º — Que o preço das rendas das terras para estas culturas não excedam 7000\$000 e 5000\$00 por hectare, respectivamente para terrenos classificados em 1.º e 2.º categoria e preparados a lançar-se-lhe a semente.

2.º — Os pagamentos de rendas sejam efectuados nas seguintes condições:

a) No acto do contrato o pagamento de esc. 1000\$000 por hectare, como sinal.

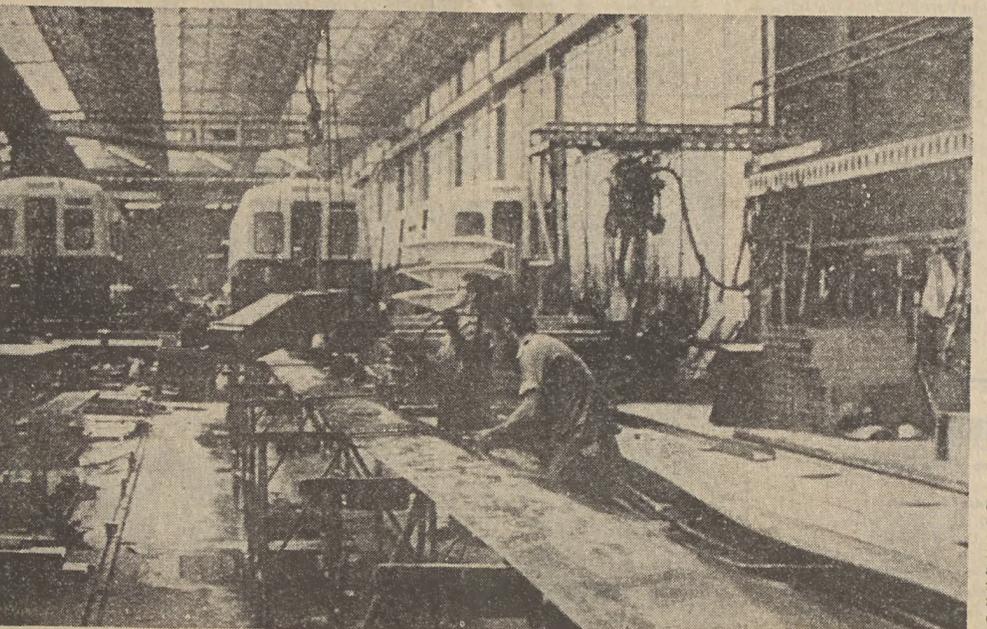
b) O segundo pagamento ao dar-se a ocupação da terra, perajendo metade da renda.

c) O último pagamento após a realização de fundos provenientes da venda do seu produto.

3.º — Que as vaías de drenagem e os arroumentos a executar dentro de seara, para escoamento do produto, sejam deduzidas na renda.

4.º — Que sejam anuladas as rendas de terrenos que se verificarem ser improduti-vas quer por demasiado salgadiços quer por aplicação de herbicidas.

O PCP apoia firmemente a luta dos seareiros do Baixo Ribatejo. Estes não podem permitir a manobra dos possuidores de terra. Por isso devem persistir na luta.



# Trabalhadores saúdam os filhos do povo armados

Os manifestantes começaram, cerca das 20 e 30, a juntar-se em diversos pontos da cidade, a fim de se dirigirem para o local do comício.

Na Praça Paiva Couceiro, as comissões provisórias de algumas das juntas de freguesia da zona, as Bases da CDE e bases locais do Partido Socialista, formavam um só corpo colorido de cartazes, faixas e flores: Unidade, Caminho da vitória, Vigilância popular e diversos «slogans» de apoio ao Movimento das

Forças Armadas e ao novo Governo Provisório. Notava-se ainda um grupo de jovens de Arroios com um cartaz Voto aos 18 anos.

Na Alameda Afonso Henriques, começaram a concentrar-se, pelas 20 e 30, os sindicatos, integrados na Intersindical Nacional, bases sócio-profissionais da CDE, Movimento da Juventude Trabalhadora e Juventude.

Uma ampla representatividade de sectores socio-profissionais, entre os quais, a delegação de bancários, merecia aplausos, pelo seu número e pela variedade de cartazes, de que salientamos alguns: Consolidação da democracia tarefa imediata; Bancários vigilantes; Não à sabotagem económica da banca; Não às ameaças dos fascistas; Saneamento; Luta contra o fascismo; Trabalhadores unidos vencerão; Cumpra-se o Programa das F.A.

Em toda a parte se viam cartazes de protesto contra os despedimentos e a sabotagem económica. A delegação do S. dos Escritores chamou a atenção pela beleza formal

gans: «Unidade Sindical», «Abaixo os Monopólios», «Independência para as Colónias», «Abaixo a Reacção», «Não aos Despedimentos», «Saneamento». Um grito unânime e constante: «Unidade».

Os metalúrgicos, que iniciaram o percurso clamando «Avante, Camarada, Avante para o Futuro», empunhavam cartazes alusivos à violação dos seus direitos de trabalhadores que algumas empresas têm empreendido. Um operário metalúrgico, declarou-nos: «O real significado desta manifestação é de apoio ao MFA e ao Governo Provisório. Mas não só. Temos também de cimentar a unidade e defesa dos trabalhadores face aos despedimentos. Essa é uma tarefa a que nós, metalúrgicos, estamos empenhados. E também em denunciar o patronato que em algumas empresas tem estado a bloquear a aplicação do nosso Contrato Colectivo de Trabalho».

O MJT, com representatividade de diversos bairros da periferia de Lisboa marchava quase na cauda do cortejo, imediatamente após a delegação entusiástica de tra-



balhadores de «O Seculo». Quase a par, trabalhadores da Companhia das Águas de Lisboa, empunhando um largo cartaz azul, rodearam o repórter do «Avante!», afirmando: «Isto significa a própria expressão do trabalhador, o seu apoio. Nós temos naturalmente consciência do significado político da nossa presença».

balhadores de «O Seculo». Quase a par, trabalhadores da Companhia das Águas de Lisboa, empunhando um largo cartaz azul, rodearam o repórter do «Avante!», afirmando: «Isto significa a própria expressão do trabalhador, o seu apoio. Nós temos naturalmente consciência do significado político da nossa presença».

## MANIFESTAÇÕES NO PORTO

IGUALMENTE no Porto o Partido Comunista Português e o Partido Socialista, com activa adesão do Movimento Democrático e da União dos Sindicatos do distrito, promoveram, na Praça do Município, uma manifestação-comício de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório. Como em Lisboa, a manifestação teve por objectivo consagrar a vitória sobre as tentativas recentes para travar o processo de democratização, homenagear o Movimento das Forças Armadas, a cuja firme atitude se deve o triunfo alcançado e manifestar confiança no novo Governo Provisório para a solução dos mais graves e urgentes problemas do Povo Português: o fim da guerra colonial, a consolidação das liberdades, a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, o combate à sabotagem económica por parte do grande capital, o prosseguimento do saneamento do aparelho de Estado e administrativo. Na impossibilidade de o fazer desde já, o próximo número do «Avante!» dará o devido relevo a este acontecimento.

## Multinacionais encerram fábricas

A hora de fecharmos o nosso jornal, e de forma que não nos é possível abordar mais largamente tão grave situação, chegou a nossa redacção a notícia do encerramento simultâneo da Applied Magnetics (Portugal), Lda, da A. S. Electrónica, da Renault da Guarda, e ainda outra empresa. Trata-se de uma ofensiva de grupos multinacionais contra a economia do País e a classe operária portuguesa. As forças democráticas, o Movimento das Forças Armadas, o Governo Provisório, o povo português devem tirar conclusões desta atitude para com o regime que os portugueses escolheram. O povo português não cederá pela fome, os trabalhadores saberão como responder a estes exploradores do grande capital internacional.



que a reacção não se atreve a pôr a cabeça de fora.

Em movimento, pela Av. Guerra Junqueiro, o conjunto de manifestantes dos Sindicatos, Sócio-Profissionais da CDE, MJT e Juventude, com a representação da Intersindical Nacional encabeçando a marcha, gritavam «slo-

## MOÇÕES APROVADAS

- No decorrer do comício de ontem à noite, foram aprovadas as seguintes moções:
- Ao Presidente da República Sr. General António de Spínola
  - Os participantes da grande manifestação-comício realizado no dia 25 de Julho, em Lisboa, em apoio do Movimento das Forças Armadas e do novo Governo Provisório,
  - enviam a V. Ex.ª as suas respeitadas saudações;
  - salientam o papel por V. Ex.ª desempenhado na criação das condições que tornaram possível a vitória histórica do 25 de Abril;
  - expressam a certeza em que o processo de democratização e de descolonização prosseguirá como V. Ex.ª repetidamente tem vincado;
  - sublinham que pode V. Ex.ª contar com o apoio popular em todas as medidas que, como chefe supremo do Estado Português, entende empreender para que sejam atingidos os grandes objectivos de paz e democracia por que anseia o povo português.
- ★
- Ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Sr. General Francisco Costa Gomes
- Os participantes da grande manifestação-comício realizado no dia 25 de Julho, em Lisboa, em apoio do Movimento das Forças Armadas e do novo Governo Provisório,
- enviam a V. Ex.ª as suas respeitadas saudações;
- reconhecem o papel decisivo desempenhado pelas Forças Armadas Portuguesas no derubamento da ditadura fascista e na reconquista das liberdades na gloriosa jornada do 25 de Abril;
- reiteram a sua confiança às Forças Armadas no desempenho da alta missão que lhes está confiada no processo de instauração da democracia em Portugal, no cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas;
- afirmam, em nome das massas populares que representam, o propósito firme de tornar cada vez mais sólidos os laços que unem as Forças Armadas e o Povo Português.
- ★
- Ao Primeiro-Ministro do Governo Provisório Sr. Coronel Vasco Gonçalves
- Os participantes da grande manifestação-comício realizado no dia 25 de Julho, em Lisboa, em apoio do Movimento das Forças Armadas e do novo Governo Provisório,
- enviam a V. Ex.ª as suas respeitadas saudações;
- salientam a patriótica decisão dos heróicos combatentes do 25 de Abril, reunidos no Movimento das Forças Armadas, de entrarem no Governo Provisório, assumindo neste as mais altas responsabilidades;
- sublinham a importância da manutenção da indispensável coligação de partidos e correntes democráticas que, com as Forças Armadas, se encontram empenhados, com as largas massas que os apoiam, na realização do Programa do Movimento das Forças Armadas;
- manifestam a sua confiança no novo Governo Provisório para pôr em prática aquele Programa, fazer frente às manobras e conspirações da reacção, enfrentar os graves problemas económicos do País, elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, pôr fim à guerra colonial e iniciar o processo de autodeterminação e independência dos povos das colónias, conduzir o País à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte e à instauração de um regime democrático estável escolhido pelo próprio povo.

## SALDANHA: Ponto de encontro dos operários da margem sul

Milhares de operários do Barreiro, Seixal, Almada, Cova da Piedade concentraram-se no Saldanha. «As mulheres comunistas do Barreiro saúdam o MFA». «Os comunistas do Seixal apoiam o Governo Provisório». «Os comunistas de Setúbal com o MFA» eram os painéis com mais destaque. Uma banda e logo atrás milhares de trabalhadores, gritavam «Abaixo a reacção», «Fim à sabotagem económica». «Somos contra os despedimentos», culminando constantemente com os «slogans» da unidade.

Os trabalhadores da margem sul eram acompanhados por uma banda, que tocava o «Avante, Camarada». Logo seguidos de um grande grupo de comunistas da Molta e de Cascais, os democratas do Barreiro desceram a Av. da República até ao Campo Pequeno, onde se notavam as representações do Partido Socialista e do GAPS, e os comunistas da Cova da Amadora e de toda a linha de Sintra.

No Campo Pequeno a concentração iniciou-se bastante cedo, sendo o entusiasmo muito grande. Notava-se a presença da zona ocidental de Lisboa, com destaque para as representações unitárias do MDP-CDE.

## CAMPO GRANDE: Um abraço unitário dos operários aos estudantes e intelectuais

O Movimento Democrático das Mulheres, começou a concentrar-se a partir das 20 horas, no Campo Grande. Mela hora depois, já se notava um grande grupo de escritores, jornalistas, economistas e engenheiros a que se juntaram os comunistas e democratas de Torres Vedras, Loures, Zambujal, com grandes cartazes, onde se marcava fundamentalmente a exigência do «Fim aos despedimentos e à sabotagem económica».

A União dos Estudantes Comunistas e as delegações das associações de estudantes concentravam-se também junto ao Campo Grande.

A grande manifestação operária da margem sul, engrossada pelos milhares de pessoas presentes no Campo Pequeno, de Vila Franca de Xira e Sacavém, foi unitariamente, abraçar os estudantes, escritores e mulheres democratas que no Campo Grande rodeavam os estudantes comunistas. Foi um grande abraço unitário, a caminho da Avenida do Brasil, onde se aproximavam do estádio.

«Unidade contra a reacção», «Fim à guerra colonial», «Apoio e saudações ao Movimento das Forças Armadas», «Fim à sabotagem económica e aos despedimentos» e «Unidade», eram os principais gritos que se ouviam na manifestação, a caminho da estação.



Milhares de pessoas incorporaram-se no funeral. No percurso até ao cemitério, os trabalhadores saíram à estrada, prestando a última saudação

## Morreu Joaquim Rafael (Albano)

### um símbolo de dedicação e fidelidade ao Partido

O PCP acaba de perder com o falecimento do camarada Joaquim Rafael (Albano) um dos seus militantes mais abnegados e um obreiro dos mais esforçados e úteis do seu aparelho de agitação e propaganda.

Camponês, filho de camponeses da região ribatejana de Tremês, alistou-se, jovem ainda, nos Bombeiros Municipais de Lisboa. Membro do Partido desde a reorganização de 1940/41 passou à clandestinidade no ano de 1943 ficando com a responsabilidade da distribuição da Imprensa até 1948. A partir desta data, nas tipografias clandestinas do Partido, imprimiu o «Avante!», o «Militante», o «Camponês» e outros órgãos, panfletos e documentos clandestinos, tarefa que a sua grave doença veio interromper.

tradição de luta, vieram à estrada prestar-lhe a última homenagem. De Boleirão, entre quem se encontrava, a mãe de Catarina Eufémia, de Serpa e de Pias — nesta última com quase toda a população no trajecto do carro funéreo, com as bandeiras do Partido incluídas e jovens de expressão grave e velhos trabalhadores do campo cerrando o punho — e depois em Vale de Vargo, onde se reuniram cerca de 5000 pessoas, os restos mortais de Joaquim Rafael foram acolhidos com emoção.

Defronte da casa da família de Catarina Rafael falaram do

exemplo de dedicação e fidelidade ao Partido do nosso falecido camarada Francisco Miguel, George Ferreira e Dias Lourenço.

«A história gloriosa do nosso Partido é feita por homens, homens da tempera de Joaquim Rafael, por vezes em tarefas pouco conhecidas mas sem as quais a acção do Partido não poderia realizar-se com êxito — disse o director do «Avante!» — O vosso jornal «O Camponês», os milhares e milhares das suas leituras de chumbo passaram pelas mãos de Joaquim Rafael. Diria depois Francisco Miguel: «A juventude tem na sua imagem uma craveira na qual se pode aferir para as tarefas que tem diante de si».

O «Avante!» endereça à família de Joaquim Rafael (Albano) os sentimentos de grande pesar pela morte do nosso camarada.

## Rádio Portugal Livre

A voz que o fascismo nunca pode calar

Todos os dias, em três períodos de emissão:

- Das 8 às 9 — em 19, 20, 21, 25 metros
- Das 19 às 21 — em 19 e 26 metros
- Das 0.20 às 0.50 — em 25, 26, 32 e 36 metros
- Das 0.50 à 1.20 — em 26 metros

Período de emissão complementar, aos domingos:

- Das 13 às 13.30 — em 19, 20, 25 e 26 metros



## «É preciso andar para a frente»

(CONTINUADO DA PÁG. 1)

gular e acidentado. Avança, porém, de forma irreversível. O objectivo será alcançado.

E NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES E NA SIMULTANEA ESTABILIDADE E REANIMAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS.

Há ainda em Portugal muitos baixos salários e muita miséria. Impõe-se melhorar preferencialmente e o mais rapidamente possível a situação dos trabalhadores das categorias mais desfavorecidas, continuando a congelar salários e vencimentos mais elevados ou a permitir neles apenas ligeiros reajustamentos.

Os aumentos de salários e outras reivindicações dos trabalhadores não se podem desligar da situação económica geral, que causa justas apreensões.

Devemos ter bem presente que uma crise económica só às forças reaccionárias e fascistas poderia aproveitar. Talvez por isso, alguns detentores das alianças da vida económica e financeira bloqueiam créditos; criam gravíssimas dificuldades às pequenas e médias empresas; pretendem encerrar fábricas sob pretexto de falsas falências; despedem operários sem justa causa; paralisam encomendas; e parecem assim querer criar um ambiente de crise económica grave, de agudização dos conflitos sociais, de falta de confiança no Governo Provisório e noutros órgãos do Poder — preparando o terreno propício a manobras e provocações contra-revolucionárias.

Aqueles que assim agem há que dizer: é tempo de porem de lado a esperança do regresso da ditadura fascista, é tempo de se acomodarem à nova situação política, é tempo de compreenderem que o povo português está vigilante e cortará o passo à utilização de armas económicas com o fim de poderem comprometer o caminho para a democracia.

Os trabalhadores têm mostrado a sua alta consciência política e cívica, contribuindo para evitar a eclosão de uma grave crise económica.

É necessário que os grandes grupos económicos e financeiros o façam também.

Ninguém pode exigir que os trabalhadores se disponham a pagar exclusivamente o preço das dificuldades que atravessa a economia nacional.

O grande quinhão a pagar deve ser pago por aqueles mesmos que criam as dificuldades, por aqueles que têm mais recursos e mais povoados.

Trata-se de um princípio de justiça social que estamos certos, merece a aprovação da maioria esmagadora da população portuguesa.

E NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NA VIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA NACIONAL, NA VIA QUE CONDUZIRA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES LIVRES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A INSTAURAÇÃO DUM REGIME DEMOCRÁTICO.

Isto implica que prossiga o saneamento, que não chegou ainda a muito importantes regiões e sectores da vida nacional e que é necessário que lá chegue com urgência. Implica permanente vigilância para com as manobras da reacção, para com quaisquer novas tentativas de mudar o curso democrático, seja utilizando abertamente armas políticas, seja utilizando armas económicas com fins políticos, seja conspirando com vista a qualquer golpe de força que, estamos certos, a ser tentado (e pensamos que não serão tão loucos que tentem) custaria de certeza caro aos seus autores.

O caminho para a democracia implica que a institucionalização, que está para breve, de liberdades e direitos dos cidadãos constitua a consagração definitiva e ampla dessas liberdades e direitos e não a sua drástica e antidemocrática restrição.

O PCP é claro em relação ao problema da liberdade e da ordem. Uma vez instituídas amplas liberdades, a ordem democrática tem de ser firmemente defendida e não devem ser toleradas violações das leis democráticas.

Mas para isso é necessário que de facto sejam instituídas amplas liberdades.

O exercício das liberdades deve ser tão natural como a vida. Não pode ser compreendido como uma acção constantemente limitada por coacções e ameaças por medidas repressivas. O aparelho do Estado deve ser utilizado, não para constrianger as liberdades, mas para garantir o seu exercício.

E com este objectivo que lutamos para que sejam instituídas amplas liberdades de expressão, de pensamento e de associação e de reunião, bem como a liberdade sindical e o direito à greve — e estamos certos de que o novo nos compreende e nos apoia nesta batalha.

CAMARADAS. COMPANHEIROS.

Assiste-se neste momento a uma violenta e orquestrada campanha dirigida contra o Partido Comunista Português. Não há mentiras e calúnias que não sejam lançadas contra o Partido. E lamentamos verificar que continuam a existir numerosas discriminações para com os membros do nosso Partido.

Todos sabemos que o anticomunismo é uma arma predilecta da reacção e do fascismo. O anticomunismo visa naturalmente o nosso Partido, cuja força e influência, cujo amplo e massivo apoio popular não agrada a certos sectores. Mas visa, também, as outras forças democráticas. A experiência de quase meio século de fascismo mostra que o anticomunismo é uma forma grosseira de luta contra a liberdade, uma forma de preparar ou justificar a repressão contra os democratas em geral.

Uma vez mais declaramos solenemente: o Partido Comunista Português está profundamente empenhado no processo de democratização, no estabelecimento da paz com o respeito do direito dos povos das colónias portuguesas à independência, na realização do Programa do Movimento das Forças Armadas, que culmine na realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte através das quais o povo português escolha livremente o regime social e político em que queira viver.

Pretendemos que não mais o nosso povo seja obrigado a aceitar um sistema ou um regime que não deseje. Queremos que as grandes opções políticas devam ser decididas por via democrática.

Isso implica instituições verdadeiramente democráticas e eleições verdadeiramente livres.

E implica também a participação das massas populares na solução dos grandes problemas nacionais, em todo o processo criador de uma ordem democrática em Portugal. Seria um erro grave pretender menosprezar a participação das forças democráticas e do movimento popular de massas no processo de democratização.

Se, na actual situação política, este processo é impossível sem o Movimento das Forças Armadas, impossível seria também sem a participação activa e criadora das massas populares.

O movimento popular tem a sua força própria e não pode ser considerado como simples força de apoio.

O movimento popular é uma das componentes essenciais do processo de democratização da vida política portuguesa.

Estamos aqui para manifestar o apoio do movimento democrático e popular ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório, para expressar o profundo regozijo do nosso povo pela participação no Governo dos heróicos e destacados dirigentes do 25 de Abril.

Somos fiéis a uma política de unidade com as outras forças democráticas, de aliança com as Forças Armadas e pensamos que tal unidade e tal aliança são para hoje e podem e devem ser também para amanhã, para a construção de um Portugal democrático, pacífico, próspero e verdadeiramente independente.

Se nos mantivermos unidos, não há forças capazes de impedir que seja levada a bom termo a realização das tarefas a que nos propomos.

Se nos mantivermos unidos, a vitória final está assegurada.

Viva a unidade das forças democráticas e a unidade das massas populares!

Viva a aliança do povo com as Forças Armadas!

Viva o heróico Movimento das Forças Armadas!

Viva o Governo Provisório!

Viva Portugal democrático, pacífico e independente!

### SESSÕES DE ESCLARECIMENTO NO NORTE DO PAÍS

O Comité Regional das Beiras do PCP está a promover, através dos organismos locais e de base, uma série de sessões de esclarecimento. Essas sessões têm-se caracterizado por uma ampla participação popular e por vivos diálogos sobre as actuais circunstâncias políticas. Tem ainda sido exposto o Programa do Partido e o papel que cabe à vanguarda do operariado face aos actuais problemas do País e na consolidação das liberdades já alcançadas e no impulso do processo de democratização em curso. Duma forma geral, os assistentes a essas reuniões têm reclamado unanimemente o fim da guerra colonial e o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas. Por outro lado, as sessões têm contribuído para aumentar o número de adesões ao Partido e à sua consequente linha política de defesa dos trabalhadores e no seu empenhamento pela democratização das instituições a todos os níveis.

Essas sessões efectuaram-se já, nomeadamente, na Guarda: com a presença de quinhentas pessoas, o diálogo, além dos assuntos acima referidos, incidiu também sobre a vida nos países socialistas, designadamente na URSS, a Reforma Agrária e o problema religioso; no Fundão: teve a participação de cento e cinquenta pessoas e as questões postas reportaram-se à Reforma Agrária, à guerra colonial e à questão religiosa; em Soure: com a finalização de larga-

mento da organização do Partido: aos concelhos rurais, a sessão ocupou-se ainda em assessorar as actuais condições de elementos reaccionários e verbalistas acerca do Partido; em Sobreiro (Condeixa-a-Nova): após debate dos problemas postos pelos assistentes, metade destes deram a sua adesão ao Partido e foi imediatamente programada uma nova sessão de esclarecimento; em Folques (concelho de Arganil): o diálogo dos assistentes (estudantes, operários, empregados e camponeses) incidiu sobre a vida nos países socialistas, o Partido e as liberdades democráticas, a religião e sobre a ditadura do proletariado.

### OLIVEIRA DO DURO

Apelos para que o Partido Comunista Português promova novas sessões de esclarecimento foram feitos por muitas das 200 pessoas que estiveram presentes a uma sessão realizada no Grupo Recreativo de Santiago, em Oliveira do Douro, promovida pela Comissão Concelhia de Gaia do PCP. A reunião assumiu um carácter unitário, tendo tomado lugar na mesa representativa do Movimento Democrático e do Partido Socialista.

Os presentes seguiram atentamente uma exposição inicial acerca do significado do 25 de Abril, da posição do PCP face ao novo Governo Provisório e da importância do reforço da aliança dos trabalhadores com o Movimento das Forças Armadas.

Após uma abordagem dos problemas mais sentidos pelos moradores daquela freguesia e de um apelo para que seja a própria população a empreender a resolução dos mais prementes, travou-se diálogo com os presentes que puseram perguntas acerca do Programa do PCP, da situação do trabalhador numa sociedade comunista e da diferença entre ditadura fascista e proletária.

A importância de sessões de esclarecimento como esta foi bem avaliada pelos presentes que propuseram a realização de breve prazo de nova reunião em que se prosseguisse o diálogo acerca da linha política do PCP e dos problemas que se põem nesta fase de democratização do País.



## «É NECESSÁRIO ESTAR ATENTO CONTRA OS QUE FALAM DE DEMOCRACIA E SE ESFORÇAM POR A LIQUIDAR»

—apelo de Joaquim Gomes em Rossio ao Sul do Tejo

Foi muito concorrida e despertou grande interesse a sessão de esclarecimento promovida pelo PCP no Rossio ao Sul do Tejo, no decorrer da qual tiveram intervenções o estudante liceal José António Fortes Correia, Pena dos Reis, da comissão central da UEC, Carlos Pinhão, da DORS, e Joaquim Gomes, membro do Comité Central do nosso Partido.

José António Fortes Correia afirmou a identificação entre as grandes aspirações da juventude portuguesa e os princípios defendidos pelo PCP, exemplificando com dois casos concretos: o direito de voto aos 18 anos e o fim da guerra colonial—duas reivindicações pelas quais os jovens lutam desde o tempo do fascismo e que se inscrevem dentro do Programa do nosso Partido.

O dirigente da União dos Estudantes Comunistas falou da necessidade de uma reforma verdadeiramente democrática do ensino e da luta dos estudantes comu-

nistas ao lado dos trabalhadores, da classe operária e do povo português em geral. Importantes aspectos políticos foram abordados por Carlos Pinhão, nomeadamente os respeitantes à unidade defendida pelo PCP. Salientou que o nosso Partido está disposto a uma acção conjunta com todos aqueles que inscrevem nos seus desígnios: consolidar as liberdades adquiridas, tendo em vista a democratização do País; pôr fim às guerras coloniais, na base do reconhecimento prático dos povos à independência; realizar eleições verdadeiramente livres, através das quais o

povo escolha os seus dirigentes e o futuro regime político do País. Acentuou ainda que para atingir estes objectivos, se torna indispensável reforçar ainda mais a aliança entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas.

O camarada Joaquim Gomes começou por saudar os trabalhadores e o povo do Rossio, em nome do Comité Central, fazendo também uma saudação à juventude, que se encontrava largamente representada na assistência.

Referiu-se depois à crise política que acabava de ter lugar, denunciando-a como mais uma tentativa das direitas para interromper o processo de democratização do país, e pôr de lado o programa do MFA. Foi denunciada a manobra de maiores poderes pedida por Palma Carlos, tal como o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte para fins de 1976. Alertou para a necessidade de se estar atento contra aqueles que falando na defesa da democracia se esforçam por a liquidar.

### Apelo à vigilância

Referindo a política do Partido em relação às eleições, Joaquim Gomes salientou que o PCP não tem medo do voto popular. O Partido respeitará o resultado das eleições desde que elas sejam verdadeiramente livres. Foi feito um apelo à unidade de todas as forças democráticas, a fim de valorizarem o mais possível aquilo que os une na defesa da democracia e respeito pelo programa do MFA. Foi também feito um apelo à vigilância das massas contra os que conspiram para liquidar a democracia, não olhando a meios para alcançarem os seus fins que vão desde o incitamento a greves por reivindicações exageradas até ao incitamento das searas. O último apelo de Joaquim Gomes foi a favor da unidade da classe operária e da aliança desta com os camponeses.

A sessão encerrou com um prolongado e amplo debate com a assistência.

Os números de habitantes desta aldeia é muito reduzido, devido à emigração.

Usaram da palavra: Maria Antónia Fernandes, membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP, Adélia, representante do Movimento da Juventude Trabalhadora, e Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP. Entre os vários assuntos focados salientaram-se os seguintes: o significado do 25 de Abril e a instauração das liberdades fundamentais; luta por melhores condições de vida das classes trabalhadoras e importância do Sindicato dos Operários Agrícolas; objectivos do PCP; manobras da reacção; propaganda anticomunista; tentativas para quebrar a unidade das forças democráticas, para criar o caos económico, para espalhar a insegurança e o medo; problemas da juventude e, finalmente, necessidade urgente de pôr fim à guerra colonial.

Depois do comício, foram apresentados muitos problemas locais e foi comunicado o despedimento de cerca de 20 mulheres que trabalhavam numa propriedade próxima.

### VENDINHA

Promovido pela Comissão Concelhia de Évora do PCP, realizou-se no dia 16 um comício na Vendinha. Assistiram cerca de 250 pes-

### COMÍCIO EM VALADO DOS FRADES

## «SÃO PRECISAS SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS URGENTES DAS CLASSES TRABALHADORAS»

—salientou Domingos Abrantes

O comício realizado no domingo em Valado dos Frades

Depois de se referir ao momento político actual e à posição do PCP, salientando que a crise governamental se saldará por uma derrota para as forças reaccionárias, Domingos Abrantes saudou o Movimento das Forças Armadas pelo seu empenhamento na construção da democracia, da paz e do progresso social. Acentuou ainda a necessidade de o povo participar e auxiliar a acção do Governo Provisório, o qual terá de enfrentar sérias dificuldades.

Além de Domingos Abrantes, usaram da palavra, perante uma assistência de perto de 1000 pessoas, Fernando Sousa e Osvaldo de Castro, da DROR, Paulo e Sérgio Leal, da comissão local do Partido, e Conceição Matos.

A sessão terminou com um

## «Não são os trabalhadores que provocam o clima de insegurança»

—acentuou Carlos Brito em Alcochete

Não são os trabalhadores que provocam o clima de desordem e insegurança de que certos sectores os acusam. São os grupos monopolistas e o grande capital que procuram criar um tal clima. Algumas greves foram artificialmente decretadas por inspiração de elementos reaccionários e outras sugeridas directamente pelo próprio patronato — acentuou o camarada Carlos Brito, ao usar da palavra no comício realizado em Alcochete, e que contou com a presença de cerca de duas mil pessoas. E acrescentou:

Lutando firmemente pela melhoria das suas condições de vida, a classe operária e os demais trabalhadores devem ter grande vigilância, para não serem envolvidos ou arrastados nos maneios do grande capital e da reacção, que procuram travar o processo da democratização em curso. Uma forma de o fazer é manifestar magistralmente o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório.

O nosso camarada debruçou-se ainda sobre a recente crise política, assim como sobre o problema colonial afirmando que há que fazer tudo para pôr um fim rápido à guerra.

Registraram-se ainda intervenções de Lucinda Rosa, Sérgio Costa, Valdemar Quaresma e José António Pereira de Brito, todos militantes do PCP.

### Outros comícios

Na região de Setúbal, realizaram-se nos últimos dias uma série de importantes comícios, com larga participação das populações.

Em Palmela, a camarada Georgette Ferreira, membro do Comité Central, presidiu à mesa, tendo usado da palavra Edite Amaro, da comissão concelhia de Palmela, Carlos Jorge, do MDP, Leonel Ramos, trabalhador da Cometa e também membro daquela comissão, Luís Amaro e Abelio Ferreira da comissão concelhia de Setúbal e Carlos Domingues, da DORS. Assistiram cerca de 1500 pessoas, que enchem por completo o Cinema S. João.

No largo da Estação, no Pinhal Novo, cerca de duas mil pessoas assistiram a intervenções de José Pombeiro, da comissão de freguesia do Pinhal Novo, Edite Amaro, Francisco Pimentel, do MDP, Adílio Costa, do MJT, Abelio Ferreira, da comissão concelhia de Setúbal, Delfim, democrata da Quinta do Anjo e Carlos Domingues.

Em Sarilhos Pequenos, no

Campo do 1.º de Maio, 700 pessoas ouviram as intervenções de António Pedaços, militante, Manuel Fradinho, da comissão de freguesia de

Alhos Vedros, Ercília Taldas, do MDM, José Manuel, do MJT, Alvaro Monteiro, do MDP, e Luísa Araújo, da DORS.

### No distrito de Beja

## DEZ MIL CAMPONESES EM COMÍCIOS

Dez mil camponeses participaram em comícios do PCP, no distrito de Beja, em Moura, Vila Nova de São Bento, Vale de Vargo, Castro Verde e Amarelejo, multiplicando-se os apelos à aliança dos pequenos e médios agricultores com os trabalhadores rurais e para que se reforce a unidade dos camponeses.

O camarada Joaquim Velez, no comício em Moura, no sábado à noite, na Praça dos Touros, perante 3000 camponeses, afirmou que o latifúndio era inimigo comum dos camponeses médios e pequenos e dos operários agrícolas. Por isso, o anticomunismo tinha como objectivo dificultar a aliança natural da classe operária, com o campesinato pequeno e médio.

O camarada Joaquim Velez, que foi preso em Moura, durante os anos de clandestinidade, foi saudado pelos camaradas presentes, em especial pelos operários agrícolas, quer na Praça dos Touros, em Moura, quer mais tarde em Plas, já no concelho de Serpa.

O camarada José Mota, do Secretariado dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja, fez a história da luta no concelho de Moura, salientando o carácter oportunista em que por vezes se processou a convenção de Moura e a forma como os representantes dos agricultores procuraram isolar os trabalhadores agrícolas de Moura dos mais esclarecidos de todo o distrito.

### VALE DE VARGO: Colóquio com a camarada da RDA

A aldeia de Vale de Vargo é pequena, para uma sessão de esclarecimento do PCP. Assistiram 1000 camponeses, vindos não só de Vale

de Vargo, mas dos pequenos lugares vizinhos.

O comício iniciou-se com a intervenção de um camarada sobre a actual situação política no País, especialmente a dos trabalhadores rurais alentejanos, referindo-se a tarefas e formas de luta no actual momento.

Seguiu-se um animado colóquio entre um camarada jornalista da RDA e o camarada Pedro Cunhal com os trabalhadores agrícolas, sobre formas de organização rural e a construção de socialismo nos países de democracia popular.

O colóquio durou 2 horas e foi frequentemente interrompido por gritos de PCP e unidade, tendo-se, no final, entoado cantos revolucionários alentejanos e a Portuguesa

### AMARELEJA:

A juventude contra a guerra colonial

No domingo, Amareleja teve o primeiro comício do PCP.

Usaram da palavra vários oradores do comité local do PCP. António Pês de Mina, da Comissão de Freguesia do PCP de Plas, referiu a luta nas duras condições da clandestinidade.

Américo Thomazi da Juventude Trabalhadora realçou o papel da juventude na construção da democracia, focando especialmente a guerra colonial e a necessidade de reatar imediatamente as negociações com os legítimos representantes dos povos da Guiné, Angola e Moçambique. O PAIGC, MPLA e FRELIMO.

A encerrar o comício, em que estavam presentes representantes do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas do distrito de Serpa e MJT, Pedro Cunhal salientou a necessidade de unidade entre todas as forças antifascistas para a consolidação das liberdades alcançadas.

3000 camponeses na Aldeia Nova de São Bento

João Honrado, destacado militante do PCP de Ferreira do Alentejo, no comício da Aldeia Nova de S. Bento, sublinhou a importância da aliança dos pequenos e médios agricultores, com os trabalhadores rurais, fazendo um apelo para que se reforce a unidade.

No comício realizado no passado domingo, estiveram presentes 3000 camponeses, tendo aberto a sessão um elemento do comité local do PCP, que se referiu à luta dos trabalhadores rurais do distrito de Beja e que focou a acção e a importância do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas no desenvolvimento da unidade dos camponeses.

Primeiro comício do PCP em Castro Verde

O primeiro comício promovido pelo PCP em Castro Verde, decorreu no Largo da Câmara Municipal e contou com uma vibrante assistência de cerca de 2000 pessoas.

Falaram vários oradores, em representação do PCP, do MJT e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, tendo todos por diversos ângulos, focado os problemas mais prementes da população de Castro Verde, do distrito de Beja. O problema da queima das searas por elementos reaccionários da classe dos agricultores foi bastante focado; tendo-se acusado a reacção de pretender boicotar economicamente o processo democrático iniciado na madrugada do dia 25 de Abril e de pretender lançar as Forças Armadas contra os trabalhadores agrícolas.

Vibrantemente aplaudidos pelo público, debruçaram-se também sobre as tarefas que se deparam aos trabalhadores e que têm de ser realizadas pelo Povo Português. Dentro desta ordem de ideias, um membro do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas ali presente afirmou, a certa altura, que os trabalhadores, só dentro dos Sindicatos, dentro da STA, poderão lutar organizadamente e verem concretizar-se as suas justas aspirações imediatas a melhores condições de vida.

## OS METALÚRGICOS DO PORTO EM CONVÍVIO COM O METALÚRGICO ANTÓNIO DIAS LOURENÇO

Algumas centenas de metalúrgicos, num comício no pavilhão gimnodesportivo do Académico do Porto, convidaram animadamente com o director do «Avante!».

O comício, traduzindo o poderoso movimento dos operários metalúrgicos no Norte e o sólido prestígio do Partido Comunista e seus dirigentes, foi presidido pelo metalúrgico Joaquim Sá, do Parque Imobiliário de Salgueiros.

Intervieram sucessivamente Armando Nogueira, operário da Alumina e do Comité dos Metalúrgicos do Porto do PCP, Maria Otilia, da célula de empresa da Sepsa Joaquim Sá, António Mota, em nome da DORN do PCP, Carlos Costa, e ainda em nome do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto Maria Branca. A convite da mesa, interveio também Virgínia Moura que saudou o militante operário, o seu companheiro de prisão, o resistente.

As várias intervenções associaram a presença de Dias Lourenço às aspirações e rei-

### Comício em Portalegre

Mais de duas mil pessoas participaram, no passado dia 21, num comício do PCP em Portalegre, que foi presidido por João Silva, membro da comissão concelhia local. Presentes delegações de Elvas, Campo Maior, Avis, Beavilla, Ponte de Sor, Alter do Chão, Barreiro e Montemor, assim como representações do Partido Socialista, do Movimento Democrático de Portalegre, do camponês do Portalegre e do camponês do Matos.

Além de João Silva, usaram da palavra os camaradas José Magro, Francisco

# NUMA EMPRESA TÊXTIL DA BULGÁRIA

Num dos seus recentes números, a revista «Bulgária de Hoje», publicação mensal da agência «Sofia-Press», insere uma reportagem numa empresa têxtil de Plovdiv. Dado o seu interesse, sobretudo para os trabalhadores têxteis do nosso país, «Avante!» reproduz uma adaptação dessa reportagem.

A empresa Maritza, situada no coração da velha cidade de Plovdiv, é uma das maiores empresas têxteis da Bulgária. Os seus tecidos ganharam fama em todo o mundo. Vendem-se na URSS, na RFA, no Canadá, na Bélgica, enfim, num total de mais de 40 países de diversos continentes. Cinco mil operários, na sua esmagadora maioria mulheres, trabalham nesta empresa.

## A alimentação — problema de primeira ordem

Entramos na empresa e logo somos informados de que no refeitório está a decorrer um curso de intercâmbio de experiência no domínio da alimentação racional dos trabalhadores. A este curso assistem também representantes de outras empresas, interessados em ouvir o que dizem os médicos especializados, a fim de poderem aplicar, lá, também,

a experiência que está a ser levada a cabo, com sucesso, na Maritza em matéria de alimentação. Deve dizer-se que esta empresa é directamente controlada pelo Instituto de Alimentação Pública, anexo à Academia de Ciências da Bulgária.

Talvez pareça estranho que procuremos dar-vos a conhecer este importante combinado têxtil da Bulgária, começando precisamente pelos cuidados que aqui merece a alimentação dos trabalhadores. Mas, não é este facto, só por si, já bem revelador de uma política que tem por lema «tudo para o homem, tudo para o bem do homem»?

Voltemos, então, à cantina, onde comem os 5 mil operários e operárias da Maritza... Modernas instalações, cozinhas bem equipadas, permitindo, não só a boa confecção dos alimentos, como, também, boas condições de trabalho ao pessoal da cozinha,

eis o que se depara aos nossos olhos. Os refeitórios são amplos, cheios de luz. Todo este sector, assim como tudo o que diz respeito a problemas sociais dentro da empresa, está a cargo de uma só pessoa, uma mulher — Maria Abadshieva, que era, até há pouco uma simples operária.

## Habitação — Creches — Repouso e Recreio — Problemas resolvidos na Maritza

Uma visita pela empresa permite-nos travar conhecimento com as suas diversas secções, amplas, dotadas de todas as condições higiénicas, possuindo inclusive ar condicionado e aparelhagem para a absorção de poeiras. Isto, sem falar, evidentemente dos seus teares, bobinas e outras máquinas altamente aperfeiçoadas e em que trabalham milhares de mulheres, na sua maioria jovens.

Um pormenor a reter: terminado o seu turno, as operárias recorrem a uma série de serviços instalados na própria empresa e que lhes resolvem muitos problemas e facilitam a vida. Por exem-

plo: uma secção de compras e um salão de cabeleireiro.

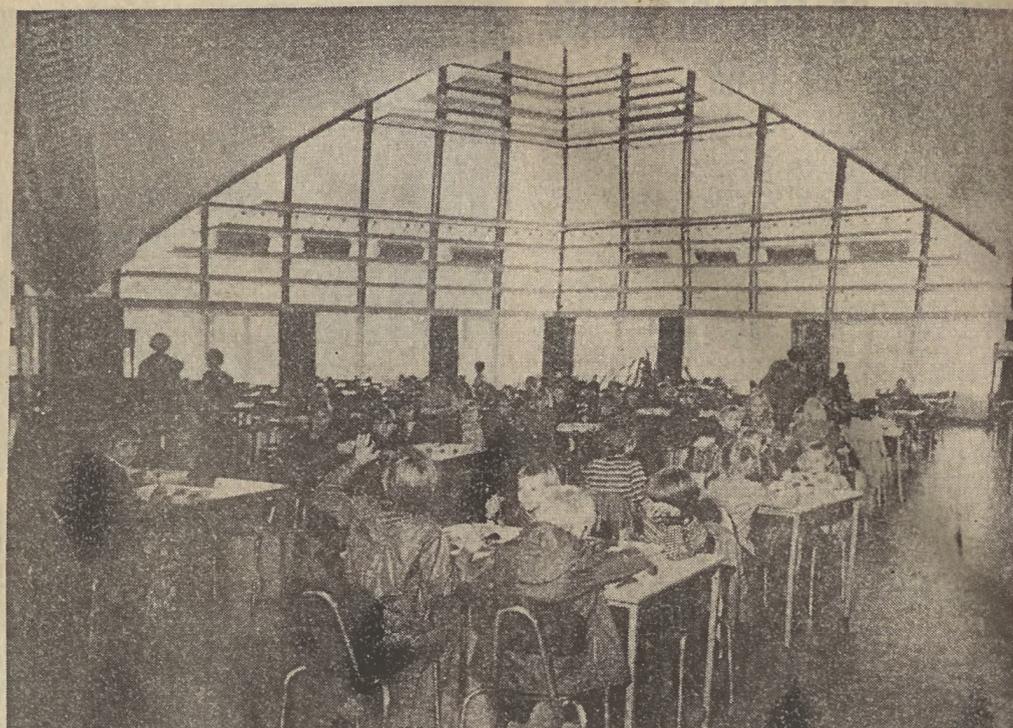
Perto da empresa erguem-se três novos blocos residenciais. Um deles, com 19 andares, é conhecido como arranha-céus de Plovdiv. Os outros dois têm 16 andares. No seu conjunto, os três blocos residenciais têm 270 apartamentos, onde vivem operários da empresa. Para as raparigas, foi construída, especialmente, há cerca de 4 anos, uma residência colectiva, com 340 lugares, dotada de todo o conforto. Perto, funciona um centro didáctico profissional, recentemente criado, onde são ministrados cursos de dois anos que dão uma formação profissional média.

A fim de aliviar a vida das trabalhadoras com filhos, a empresa tem uma creche e jardins de infância que funcionam ou ao dia, ou à semana. Além disso, são-lhes igualmente assegurados lugares noutras creches e jardins de infância da cidade.

Os operários e operárias da empresa Maritza têm também um clube, onde desenvolvem intensa actividade artística e cultural e campos desportivos e piscinas frequentados por grande número de jovens.

O descanso dos trabalhadores da empresa Maritza está a cargo do «comité sindical da empresa, que organiza a sua ida para estâncias de repouso, no mar ou na montanha.

Após transcrevermos, em adaptação, esta pequena reportagem numa empresa têxtil da Bulgária, cresce em nós o desejo, o imenso desejo, de, também um dia, e que não venha longe, poderemos ver nas páginas de uma revista (e poderá ser da Bulgária socialista), retratadas idênticas condições de vida e de trabalho das nossas operárias têxteis.



## Aspectos da RDA

# A ATENÇÃO PELAS CRIANÇAS

Almoçar na própria escola é a coisa mais natural para as crianças na R D A Cerca de 60% das crianças de idade

entre os 6 e os 16 anos almoçam diariamente nas escolas, pagando pelo almoço apenas meio marco, o que re-

presenta uma grande ajuda para as famílias e, muito particularmente, para as mães que trabalham. Dois terços

das refeições são pagas pelo Estado que despende anualmente 500 000 000 de marcos, ou seja, 2 marcos por cada refeição.

As refeições, nalguns casos, são preparadas em centros especiais e depois levadas para as escolas. Quando a escola não possui o seu refeitório próprio, as crianças comem em restaurantes públicos, sendo o preço das refeições exactamente o mesmo. Os restaurantes que servem almoços a crianças estão especialmente preparados para isso. Possuem banheiros, lavabos e mobiliário próprio para crianças pequenas e a comitê tem em conta a sua idade. Também as empresas colaboram nesta tarefa colocando os seus refeitórios à disposição das crianças das escolas. Há empresas que chegam a fornecer diariamente 2000 refeições a crianças. Nos meios rurais, em geral, as escolas têm cozinha própria e cantina.

As refeições servidas às crianças são confeccionadas de acordo com receitas fornecidas por especialistas de dietética, têm em conta a sua idade, as suas necessidades de vitaminas e o seu desenvolvimento, estando sob o «controlo» do Ministério da Instrução Pública e do Ministério do Comércio e Abastecimento.

# Filhos de militantes comunistas clandestinos regressam da URSS

Sairam cheios de perigos, cheios de amarguras e cheios de lágrimas de dor de um Portugal fascista e entram hoje no Portugal onde há liberdade.

Assim destacou o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, um dos significados da chegada, ontem, a Portugal de um grupo de crianças e jovens, filhos de militantes clandestinos do nosso Partido, vindos da União Soviética.

É difícil encontrar palavras que exprimam tudo o que sentimos, ontem, de madrugada, no Aeroporto de Lisboa, enquanto aguardávamos a chegada dessas crianças e jovens. Havia emoção no rosto dos pais, dos familiares e dos amigos, palavras soltas no ar, evocando recordações longínquas, algumas bem dolorosas, lembrando os muitos anos de carinhos criminosamente roubados pelo fascismo responsável dessa longa separação, mas havia, principalmente, isso sim, muita alegria e, sobretudo, muita confiança, uma firme e sólida confiança.

A certa altura a impaciência impedia-nos de ver a marcha dos poiteiros dos relógios. Parecia que o tempo havia parado. Isto, até ao momento em que centenas de braços, de mãos que erguiam cravos vermelhos, se estenderam em direcção às crianças que acabavam de chegar.

Cerca de 300 pessoas aguardavam-nas, dentro e fora do aeroporto. Além dos pais, familiares e amigos, estavam representantes da direcção e de várias organizações do PCP do Partido Socialista, da União dos Estudantes Comunistas, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, da Liga de Intercâmbio com os Povos Socialistas, da Associação de Amizade Portugal-URSS e também do nosso «Avante!». Duas bandeiras na-

cionais pendiam do varandim da rampa que conduz à saída da aeronave, onde se havia concentrado mais gente para saudar as crianças. Cantou-se aí o «Avante, Camarada!» e cantou-se durante todo o percurso até ao Centro de Trabalho do PCP, onde havia sido preparada uma pequena recepção.

Foi aí, e interpretando o sentir de todos os que estavam presentes — pais, familiares, amigos, militantes do Partido —, que o nosso camarada Alvaro Cunhal dirigiu aos recém-chegados estas breves palavras:

Em nome do CC do nosso Partido, aos grandes e aos pequenos:

Hoje, estamos aqui, rimos, alguns choramos, mas de alegria e é difícil neste momento talvez de lembrar não o momento da chegada, mas o momento da partida.

Aqueles que hoje regressam da União Soviética partiram do nosso país em condições bem difíceis; largando os seus pais, que ficavam a lutar, atravessando fronteiras clandestinamente, correndo riscos, cansando-se, passando de mão em mão, mãos amigas mas desconhecidas, até chegarem ao ponto de abrigo, um ponto seguro, onde camaradas e amigos tomavam conta de crianças e jovens, estes que hoje aqui chegam, tem, para nós, dois significados particularmente importantes. Um, é que saíram cheios de perigos, cheios de amargura e cheios de lágrimas de dor num Portugal fascista e entram hoje no Portugal onde há liberdade,

e nós devemos lutar e queremos lutar para conservar esta liberdade. E um bem muito grande para todos nós, aqueles que sofremos e que lutamos nas condições do fascismo, sabermos bem o que pode representar recebermos os nossos filhos, que largamos cheios de dor e de amargura, recebê-los com a alegria que hoje os recebemos.

Outro significado é o significado da ajuda internacionalista da União Soviética para com o nosso Partido, para com o nosso Povo, que tem uma expressão, uma pequena expressão, mas bem valiosa, na ajuda que deu à educação e para a formação dos filhos de militantes clandestinos do nosso Partido.

Eu creio, camaradas que também este exemplo, este caso, nos deve levar à ideia de reforçar os laços de amizade com os povos amigos, com os partidos amigos, porque os partidos não podem viver e lutar isolados, só podem triunfar se mantêm sempre laços com os partidos irmãos, com os povos irmãos na mesma luta que é comum e fortalecendo sempre esses laços na base do internacionalismo proletário.

Camaradas neste momento, todos nós queremos, certamente, momentos diferentes de convívio político, de discussão política. Há aqui filhos que querem estar com os pais e que a estas horas da noite, certamente, com dificuldade, estarão alguns minutos. Julgo, camaradas, que é melhor separarmos-nos. Separamo-nos com alegria, com uma grande alegria e com confiança de que conseguiremos manter um regime de liberdade no nosso país, consolidar as liberdades, instituir um regime democrático e marchar adiante para a realização dos nossos ideais, que são aqueles ideais por que se bateram os pais das crianças que hoje nos vieram da União Soviética.

Realizou-se, entre 5 e 18 de Julho, a décima nona edição do Festival Internacional do Filme de Karlovy Vary, certamente de muito prestígio no mundo de cultura cinematográfica, este ano subordinado ao lema por relações generosas entre os homens, por uma amizade duradoura entre os povos.

O festival, prova da importância que no mundo socialista se dá aos assuntos da cultura (entendida como meio de emancipação da Humanidade e veículo de aproximação entre homens e povos), contou com a participação de mais de 40 países, sendo as seguintes as origens dos filmes presentes na secção de competição: Checoslováquia, Cuba, Finlândia, Roménia, Índia, Jugoslávia, Argentina, Estados Unidos, Alemanha Federal, Itália, Polónia, Japão, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Bolívia, Egipto, Alemanha Democrática, México, França, Austrália, Bulgária, Suécia, Canadá, U. R. S. S., Espanha, Itália e Turquia.

## Intensa vida cultural

Com o suporte de uma impecável máquina organizadora, viveram-se em Karlovy Vary 14 dias de intensa vida cultural. E se o cinema foi o grande pretexto do encontro entre cineastas, jornalistas, produtores, distribuidores, actores e responsáveis culturais de todas as partes do mundo que ali acorreram, o que prevaleceu foi sobretudo o comum desejo de estreitamento de laços, o apego

## KARLOVY VARY (CHECOSLOVÁQUIA)

# FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME

ao grande ideal da fraternização entre os homens e da construção de um futuro feliz e pacífico para todos os povos. Assim é entendido o papel da cultura na Checoslováquia socialista, assim foi entendido pelos participantes neste magnífico festival.

Falando propriamente de cinema, obras importantes foram apresentadas em competição, tendo-se ainda realizado um simpósio dedicado ao jovem cinema do Terceiro Mundo, que contou com películas provenientes da Bolívia, Gana, Colúmbia, Iraque, Líbia, Brasil, Egipto, Bangladesh, Senegal, Palestina, Argentina, Irão e Vietname Democrático, uma retrospectiva do cinema checoslovaco, realizado deste 1898 (em que projectaram 27 filmes), uma secção informativa com filmes de 19 países (incluindo Portugal), inúmeras conferências de imprensa para esclarecimento de questões relacionadas com as diversas cinematografias presentes. Paralelamente ao festival, funcionou ainda um «mercado de filmes», especialmente dedicado aos distribuidores, em que se projectaram várias dezenas de películas.

Promovendo, como ideal deste festival, a construção de uma amizade duradoura entre os povos, a Checoslováquia socialista sabe que a sua concretização não pode ficar pelas palavras. Ela sabe que a amizade entre os povos se constrói no respeito mútuo mas também na luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo e todas as formas de agressão e exploração. Daí, a grande importância que assumiu o simpósio dedicado ao cinema do Terceiro Mundo, o qual culminou numa importante conferência de imprensa em que os problemas dessas cinematografias foram abordados e se discutiram as formas de auxílio que os países socialistas lhes podem prestar. Daí que o heróico povo chileno não tenha sido esquecido, tendo circulado um manifesto dos participantes no festival, o qual obteve total adesão.

URSS: O LIVRO POLÍTICO EM 1975 — As editoras soviéticas estão já a preparar os seus planos para o próximo ano: 257 obras políticas serão publicadas em 1975, numa tiragem global de 48 milhões e meio de exemplares. Ministros, cientistas, escritores, jornalistas figuram entre os principais autores.

RDV: O CAMINHO DA RECONSTRUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO — Na República Democrática do Vietnam foi recentemente feito o balanço dos resultados económicos dos primeiros 6 meses deste ano.

Para a classe operária e para os camponeses foram meses de trabalho duro e intenso. A cada momento foi preciso vencer enormes dificuldades, causadas pelas destruições da guerra, pelas debilidades da base técnico-material da economia e pelos caprichos da natureza.

Muitas regiões não só cumpriram como até ultrapassaram, os planos de produção de arroz, por exemplo. O plano do primeiro semestre foi totalmente cumprido em importantes ramos da indústria — extracção de carvão, produção de energia eléctrica e, também, na indústria ligeira e nos transportes.

mindo a solidariedade com o povo do Chile. Por outro lado, o festival mostrou que os artistas dispõem de uma arma poderosa: a sua arte.

(...) O XIX PIF de Karlovy Vary chegou ao fim. Nós partiremos agora de regresso para todas as partes do mundo. Mas nós guardaremos em nossos corações a atmosfera de amizade e compreensão, da esperança eterna da Humanidade que deseja que chegue o dia da mútua compreensão. O nosso festival não tem só amigos no mundo, ele tem também inimigos caluniadores e cheios de raiva. Será por acaso a compreensão mútua o que eles atacam? Se reunissemos numa brochura todas as alopecias feitas na apresentação de diversos filmes — e estamos convencidos que não se trataram só de frases diplomáticas, mas

sim de palavras vindas do coração — a sua leitura seria reconfortante. Assim se comprovaria a validade da nossa nobre divisa e missão deste festival.

Na próxima edição deste festival, em 1976, e que se realizará no novo Palácio da Cultura em fase de acabamento, esperamos que o Portugal Livre e Democrático esteja dignamente representado com as obras que os nossos cineastas progressistas não deixarão de produzir. Este ano, para além da presença de «A Promessa» na secção informativa, a representação fiel da imagem do nosso país actual acabou por ser o filme cubano «O Milagre da Serra Morena», película anticomunista rodada na Guiné-Bissau e em Lisboa, durante os acontecimentos imediatos ao «25 de Abril».

# Notícias do mundo socialista

URSS: ELECTRÓNICA AO SERVIÇO DA AGRICULTURA — Os cientistas soviéticos de um centro de investigação do Uzebequistão (na Ásia Central Soviética), empregam com êxito a electrónica na irrigação subterrânea dos algodoeiros.

Os tubos de irrigação são colocados a determinada profundidade e munidos de aparelhos sensíveis que registam as necessidades de água das plantas. Logo que as raízes do algodão acusam falta de humidade, esses aparelhos transmitem sinais ao quadro de comando de uma estação de bombagem. Esse dispositivo automático liga imediatamente as bombas e dirige a água para os algodoeiros.

URSS: O LIVRO POLÍTICO EM 1975 — As editoras soviéticas estão já a preparar os seus planos para o próximo ano: 257 obras políticas serão publicadas em 1975, numa tiragem global de 48 milhões e meio de exemplares.

RDV: O CAMINHO DA RECONSTRUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO — Na República Democrática do Vietnam foi recentemente feito o balanço dos resultados económicos dos primeiros 6 meses deste ano.

Para a classe operária e para os camponeses foram meses de trabalho duro e intenso. A cada momento foi preciso vencer enormes dificuldades, causadas pelas destruições da guerra, pelas debilidades da base técnico-material da economia e pelos caprichos da natureza.

Muitas regiões não só cumpriram como até ultrapassaram, os planos de produção de arroz, por exemplo. O plano do primeiro semestre foi totalmente cumprido em importantes ramos da indústria — extracção de carvão, produção de energia eléctrica e, também, na indústria ligeira e nos transportes.

O Governo da RDV chegou à conclusão de que os resultados alcançados na economia, no primeiro semestre deste ano, criaram condições para a realização, com sucesso, do plano referente ao próximo semestre.

Neste momento, perante o povo vietnamita coloca-se uma tarefa fundamental: a mobilização de todas as forças e de todos os recursos para a reconstrução e para o desenvolvimento da sua economia.

EXITOS NA AGRICULTURA DA ROMÉNIA — Mais de 1000 variedades de híbridos de várias culturas estão a ser objecto de aturada investigação nos Centros de Investigação Agrícola na República Socialista da Roménia.

Importantes sucessos têm sido alcançados nos últimos anos pelos seleccionadores de sementes romenas, que obtiveram colheitas recordes de milhos híbridos. Na Primavera deste ano, meio milhão de hectares foram semeados com a nova variedade de milho nos campos da Olténia e do Banat.

CHECOSLOVÁQUIA: AUMENTO DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES — Os progressos económicos registados no país incidem favoravelmente no nível de vida dos trabalhadores. Durante os anos da edificação do socialismo na Eslováquia, por exemplo, foram construídos 660 mil casas, o que significa que mais de metade das casas são novas.

Tem aumentado as receitas de cada família e os consumos «per capita».

Comparado com 1948, o consumo «per capita» quadruplicou. Os índices de consumo mostram as grandes transformações que se produziram no país. Na Checoslováquia capitalista o consumo anual de carne por habitante era de 21 kg. Hoje, é de 63-64 quilos. Em igual proporção aumentou o consumo de lacticínios. O consumo de açúcar por pessoa aumentou de 15 para 34 kg. Aumentou o consumo de frutas. Verifica-se um consumo crescente de proteínas e uma dimi-

nição do consumo de hidratos de carbono. Aumentou a compra de electrodomésticos e de carros.

Melhorou a assistência médica. Na Checoslováquia capitalista havia 1 médico para 1893 habitantes. Presentemente há um médico para 426 pessoas.

Em 1945, na Checoslováquia capitalista havia apenas 3 mil cientistas e investigadores. Hoje, somente na Eslováquia, há 33 mil pessoas que se dedicam à ciência e à investigação.

CUBA: MEDIDAS DE PROTECÇÃO NAS MINAS — Nos últimos anos, um amplo programa de medidas de protecção no trabalho e contra acidentes nas minas está a ser levado a cabo na República Socialista de Cuba.

Estão a ser fortificadas as principais galerias das minas e, pouco a pouco, através dum revestimento de cimento armado e de vigas de aço.

Aos mineiros é fornecido equipamento especial: capacetes, lanternas, botas, etc., e é-lhes exigida a sua utilização durante todo o tempo de trabalho. Qualquer mineiro está proibido de baixar sozinho ao fundo da mina, só o podendo fazer acompanhado de outro. A fim de se detectar a possível concentração de gases tóxicos, assim como a falta de oxigénio, procede-se a um controlo rigoroso da atmosfera dentro da mina e da temperatura do meio ambiente.

Através de ventiladores e mangueteiras, garante-se o fornecimento de ar fresco a todas as secções de trabalho e modifica-se o grau de humidade da atmosfera. Medidas rigorosas contra a sílica estão também a ser postas em prática. O manejo de explosivos passou a ser sujeito a medidas especiais de segurança. Paralelamente, outras medidas estão a ser encarradas no sentido de proteger a saúde dos mineiros: exame médico obrigatório de 6 em 6 meses, redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas diárias.

Em síntese a vida dos mineiros na nova Cuba, na Cuba socialista, conhece mudanças radicais.



# OS TRABALHADORES TEATRAIS COMUNISTAS AO LADO DA CLASSE OPERÁRIA NA LUTA PELA DEMOCRACIA

Os trabalhadores teatrais do Partido Comunista Português afirmam-se participantes activos da luta da classe operária pela conquista da democracia e pela construção do Socialismo e do Comunismo em Portugal.

Essa construção exige que o teatro, tal como o Saber, deixe de ser monopólio da burguesia reaccionária para se tornar uma prática e uma expressão das massas populares.

Os trabalhadores teatrais do Partido Comunista Português proclamam a necessidade de lutar firmemente por uma Arte que contribua para a libertação do povo português.

No actual momento político, entre as tarefas que incumbem a todos os democratas e em especial aos militantes comunistas, a consolidação e o alargamento das liberdades já conquistadas é aquela a que os trabalhadores teatrais poderão dar uma contribuição mais decisiva.

Com efeito, um Teatro vivo e actante é uma das liberdades mais preciosas, até por ser o espelho de todas as outras liberdades. E é um nome desse Teatro livre que os comunistas repudiam os espectáculos alienatórios ou pornográficos, tantas vezes confundidos com expressões de liberdade, quando não passam efectivamente de inequívocas manifestações da decadência da burguesia.

Os trabalhadores teatrais do Partido Comunista Português defendem a criação de

obras artísticas que desenvolvam a cultura e a sensibilidade do homem criando nele uma consciência colectiva que seja uma arma poderosa contra a diversão ideológica, inimiga da classe operária.

Como trabalhadores comunistas, consideram imprescindível que todos os seus colegas de profissão, independentemente das suas ideologias políticas, se congreguem à volta do seu Sindicato, fortalecendo-o e lutando através dele pelas suas reivindicações imediatas, cuja satisfação permitirá lançar as bases de um autêntico Teatro popular.

Como trabalhadores comunistas, lutarão ao lado de todos os trabalhadores teatrais portugueses por:

- 1—A extinção de todas as situações de monopólio, mesmo aquelas que a corrupção fascista permitiu que legalmente se apresentassem sob outras formas.
- 2—A negociação de um Acordo Colectivo de Trabalho que permita condições humanas de labor e de criação a uma classe que tem sido sistematicamente marginalizada, até ao ponto de ser a única a quem nem sequer se reconhece o elemento direito a férias, à indemnização por despedimento sem justa causa e cujos trabalhadores po-

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES TEATRAIS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES



## As mulheres soviéticas ao lado das mulheres portuguesas

O Comité das Mulheres Soviéticas enviou ao Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas esta significativa mensagem:

Queridas Amigas portuguesas.

Em nome dos milhões de mulheres da União Soviética, o Comité das Mulheres Soviéticas envia-vos cumprimentos e os melhores votos. Com muita compreensão e cordial interesse, as mulheres soviéticas estão seguindo a luta das mulheres democratas portuguesas por transformações democráticas em Portugal.

Durante muitos anos as mulheres soviéticas têm mantido fortes vínculos de amizade e solidariedade com o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas. Juntamente com todo o povo soviético, as mulheres soviéticas asseguram-vos novamente nestes dias a sua simpatia e solidariedade na vossa luta pela consolidação da democracia em Portugal, pela unidade de acção de todas as forças de esquerda. Asseguramos às mulheres patriotas portuguesas que as mulheres soviéticas estarão sempre ao seu lado.

As mulheres soviéticas ardentemente desejam ao Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas êxito na luta para estabelecer em Portugal um sistema eminentemente democrático, em defesa da paz e da liberdade, em defesa da felicidade das crianças e dos jovens, em defesa do futuro brilhante do vosso país.

Que se desenvolva e se consolide a amizade entre os povos de Portugal e da União Soviética.

Com saudações amigáveis,  
COMITÉ DAS MULHERES SOVIÉTICAS

## A obra completa de Soeiro Pereira Gomes na Editorial «Avante!»

UMA boa notícia para os leitores do nosso jornal: a Editorial «Avante!» vai publicar a obra completa de Soeiro Pereira Gomes.

Soeiro Pereira Gomes não é um nome qualquer na literatura portuguesa. Como não o é na história do movimento operário em Portugal. E na sua dupla condição de escritor e comunista que a sua obra se impõe e deve ser considerada.

O escritor-combatente-clandestino, membro do Comité Central do PCP, poderia bem ser uma das elegias pessoais dos seus próprios contos e romances — ele está ali nas suas próprias páginas. Mergulhado na noite da clandestinidade em consequência da sua participação activa nas grandes lutas operárias do Baixo Ribatejo em Maio de 1940 saiu dela para morrer junto dos seus familiares. Eis porque a publicação da sua obra não pode deixar de ser uma boa notícia.

Uma boa notícia para quantos reconhecem no autor de «Esteiros» o criador neo-realista por excelência, aquele que rigorosamente traçou, sob a máscara de um romance, as coordenadas de um entendimento materialista do mundo, sendo ao mesmo tempo capaz de entretecer, na análise, o fio caloroso da mais aberta fraternidade humana. Uma boa notícia, enfim, para as novas gerações de trabalhadores que vão descobrir em Soeiro Pereira Gomes um dos seus escritores e um companheiro.

Dir-se-ia que há uma lógica nas coisas, uma espécie de justiça que não tem pressa precisamente porque sabe que há de chegar o seu dia. E «o dia» — exactamente este — que estamos a viver depois

do 25 de Abril — é o do cumprimento do legado da sua obra ao Partido: a sua expressa vontade que a sua família acata de cumprir escrupulosamente, entregando a propriedade das edições futuras à Editorial «AVANTE!».

A família de Pereira Gomes — designadamente seus irmãos Jaime, Alfredo e Alice — não foram simples legatários da obra de seu irmão ao Partido a quem ele entregou totalmente a sua vida. Sob os seus cuidados, a obra de Pereira Gomes pôde ser dada a conhecer em sucessivas edições não só em Portugal como em diversos países, em particular os países socialistas, onde suscitou o maior interesse. Graças à sua solicitude o trabalho literário do nosso camarada foi preservado de senacionalismos interesseiros e assim a obra do autor dos «Contos Vermelhos» encontra finalmente o seu melhor editor: aquele em que Soeiro Pereira Gomes terá talvez pensado, nos seus sonhos de militante-escritor e escritor-militante, quando escreveu a dedicatória dos «Esteiros»: «Para os filhos dos homens que nunca foram meninos. escrevi este livro. Não violentaremos a verdade provável se presumirmos que Pereira Gomes teria desejado que os seus livros fossem publicados pela editorial do seu Partido.

Assim mesmo se fará, assim se começará a fazer dentro de pouco tempo. Graças à Editorial «Avante!», os livros de Soeiro Pereira Gomes sairão do apertado circuito tradicional para irem encontrar o seu verdadeiro público: os trabalhadores das fábricas e dos campos, que o fascismo, obsessivamente, procurou manter afastados da cultura, inventando esse absurdo

monstruoso a que deu o nome de «cultura popular», que de cultura só tinha o nome... (Contra esta viciosa interpretação, não vem decerto a propósito citar algumas palavras de Lenin: «... A cultura proletária não surge não se sabe onde, não é invenção de homens que se dizem especialistas na matéria... A cultura proletária deve ser o desenvolvimento lógico da soma de conhecimentos que a Humanidade acumulou sob o jugo da sociedade capitalista...»)

A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes são um todo inseparável: cada uma se explica pela outra. A obra alimentou-se da vida e da experiência total do autor, e esta, verificada, comum em quem escreve, reforça-se no movimento seguinte, que é o da obra provando a justeza da vida e, de algum modo, confirmando-a. Diríamos, enfim, que o próprio escritor aprende com o que escreve. Soeiro Pereira Gomes foi esse movimento contínuo entre o que viveu e o que escreveu, lição que dele devemos receber e compreender: onde quer que estejamos, seja o que for que façamos no nosso trabalho, somos o que fazemos e fazemos o que somos.

Ficam por aqui as considerações. Melhor tudo isto se verá na leitura da obra completa de Soeiro Pereira Gomes que vai aparecer no seu editor «natural». Imaginemos um pouco, no fecho desta simples notícia, a alegria que todos sentiríamos se Pereira Gomes fosse vivo e estivesse sentado, aqui, no meio de nós, a tratar da edição dos seus livros... Imaginemos, tendo imaginado, vamos fazer o trabalho que com ele faríamos: distribuir a herança comum.

A UEC saúda a participação no Governo Provisório do PCP como sendo a melhor garantia da defesa dos interesses das massas trabalhadoras e da evolução do País para a democracia.

A UEC considera que a participação no Governo Provisório de representantes do MFA possibilitará uma política mais orientada na concretização do Programa do Movimento e impedirá que futuramente seja posto em causa — afirma a Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, num importante documento político, divulgado após a reunião plenária do seu Comité Central, em 21 de Julho.

O importante documento político coloca, entre outros, os seguintes objectivos imediatos fundamentais:

- a) O combate à reacção, mantelamento das estruturas de saneamento e de desenvolvimento das estruturas fascistas. A UEC confia que o recém-nomeado ministro da Educação e Cultura o faça no que diz respeito ao seu Ministério, pois a necessidade de afastar as autoridades académicas comprometidas com a política e a repressão fascistas ficou bem patente nestas últimas semanas.
- b) O fim da guerra colonial — O retardar da concretização da independência dos povos coloniais pode prejudicar gravemente a evolução do País para a democracia, pode mesmo pôr em causa a liberdade conquistada e trazer graves prejuízos para os povos de Guiné, Angola e Moçambique. A UEC vê com grande apreensão as manobras terroristas da reacção e do imperialismo nas colónias visando retardar a solução política do problema, criar odios raciais, fomentar a violência e o terror.

A constituição do novo Governo Provisório vem, tudo o indica, abrir novas perspectivas para o fim da guerra, muito em particular no que diz respeito ao reconhecimento a muito curto prazo da independência da República da Guiné-Bissau. Os estudantes, que desde sempre travaram grandes batalhas contra a guerra colonial e de solidariedade com os movimentos de libertação, estarão seguramente na primeira linha das manifestações de regozijo por este acto de significação histórica.

A luta estudantil «O movimento estudantil teve um desenvolvimento impetuoso após o 25 de Abril. Um vasto movimento arastando dezenas de milhares de estudantes varreu o País. Foi uma demonstração inequívoca do apoio das massas estudantis ao MFA e de desejo de integração do seu movimento no movimento popular de massas. Foi uma demonstração da vontade de lutar pelos seus objectivos específicos e an-

# Manifesto dos escritores comunistas da organização de Lisboa do PCP

O povo português não suportou resignadamente a ditadura fascista; o povo português, organizado com a vanguarda do proletariado, resistiu e combateu. Os escritores portugueses, na sua esmagadora maioria antifascistas, resistiram e combateram em todas as frentes da luta antifascista. Mas tiveram também a sua frente específica em que se integraram várias formas de luta: luta contra a censura; luta pela liberdade de reunião e de expressão de pensamento; luta pela independência dos povos colonizados; luta contra a tortura e as medidas de segurança; luta pela amnistia dos presos políticos; luta contra o isolamento cultural português; luta pela unidade das forças democráticas; luta por uma literatura empenhada no processo de transformação da realidade social portuguesa na direcção da democracia e do socialismo.

Os escritores comunistas da Organização de Lisboa pensam que as tarefas prioritárias na conjuntura actual são:

- 1. O 25 de Abril foi, como muitas vezes se disse
- 2. O resultado da convergência do processo de consciencialização política das Forças Armadas envolvidas numa guerra colonial e das lutas incessantes do povo português pela conquista das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida.
- 3. O 25 de Abril, criando perspectivas inteiramente novas à sociedade portuguesa, coloca os escritores portugueses perante novas responsabilidades.
- 4. Esse desafio, que o momento nos dirige, quem desde já os escritores comunistas dar a sua resposta.
- 5. Os escritores comunistas da Organização de Lisboa pensam que as tarefas prioritárias na conjuntura actual são:

a) Actuação dos escritores no trabalho teórico directamente relacionado com a prática muito intensa da luta ideológica — que, na actual fase da luta de classes, se torna cada vez mais indispensável;

b) Participação dos escritores no trabalho de enquadramento cultural e esclarecimento das classes trabalhadoras, das camadas estudantis, e, em geral, dos estratos sociais verdadeiramente interessados na gestão colectiva;

c) Papel de denúncia e desmistificação das várias formas de alienação da consciência social a formulação de conceitos, imagens e ideais que contribuam para a libertação da pessoa humana;

d) Luta consequente e activa pelos direitos culturais das classes trabalhadoras que conduzam ao restabelecimento da sua dignidade integral e ao desenvolvimento pleno da sua personalidade criadora;

e) Combate intensivo ao anticommunista sistematicamente utilizado de desarmar as massas na sua luta revolucionária, e, neste momento, em particular, com a intenção de travar o processo de democratização efectiva da sociedade portuguesa;

f) Intervenção inequívoca contra as formas políticas, sociais e culturais de opressão colonial em todo o mundo e em especial contra o injustificável adiamento do reconhecimento do direito à independência dos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola;

g) Oposição a quaisquer formas de tentativa de restabelecimento

da censura inquisitorial fascista (regulamentações com que se pretendia disfarçar uma ordem fundada na violência), de modo a impedir definitivamente o retorno dos aparelhos repressivos que asfixiaram a vida cultural portuguesa;

h) Criação de um verdadeiro espaço de diálogo e convívio cultural e de abertura a todas as grandes correntes e tendências da arte e do pensamento contemporâneos, de forma a recuperarmos o atraso a que nos fomos a ditadura fascista;

i) Promoção de uma crítica demolidora das estruturas fossilizadas, das rotinas mentais, dos conformismos mediocres, das fórmulas hipócritas de encontro e convivência, do exercício regular da mentira e de todos os vários meios de submissão de cada homem às normas, modelos e interesses brutais dos monopólios — para que a recusa do escritor em relação ao sistema não seja apenas uma recusa moral, mas constitua um elo indispensável no processo de transformação da sociedade no sentido da democracia e do socialismo.

## Documento do C C da UEC

# COM AS MASSAS POPULARES NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ

A UEC saúda a participação no Governo Provisório do PCP como sendo a melhor garantia da defesa dos interesses das massas trabalhadoras e da evolução do País para a democracia.

A UEC considera que a participação no Governo Provisório de representantes do MFA possibilitará uma política mais orientada na concretização do Programa do Movimento e impedirá que futuramente seja posto em causa — afirma a Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, num importante documento político, divulgado após a reunião plenária do seu Comité Central, em 21 de Julho.

O importante documento político coloca, entre outros, os seguintes objectivos imediatos fundamentais:

- a) O combate à reacção, mantelamento das estruturas de saneamento e de desenvolvimento das estruturas fascistas. A UEC confia que o recém-nomeado ministro da Educação e Cultura o faça no que diz respeito ao seu Ministério, pois a necessidade de afastar as autoridades académicas comprometidas com a política e a repressão fascistas ficou bem patente nestas últimas semanas.
- b) O fim da guerra colonial — O retardar da concretização da independência dos povos coloniais pode prejudicar gravemente a evolução do País para a democracia, pode mesmo pôr em causa a liberdade conquistada e trazer graves prejuízos para os povos de Guiné, Angola e Moçambique. A UEC vê com grande apreensão as manobras terroristas da reacção e do imperialismo nas colónias visando retardar a solução política do problema, criar odios raciais, fomentar a violência e o terror.

A constituição do novo Governo Provisório vem, tudo o indica, abrir novas perspectivas para o fim da guerra, muito em particular no que diz respeito ao reconhecimento a muito curto prazo da independência da República da Guiné-Bissau. Os estudantes, que desde sempre travaram grandes batalhas contra a guerra colonial e de solidariedade com os movimentos de libertação, estarão seguramente na primeira linha das manifestações de regozijo por este acto de significação histórica.

A luta estudantil «O movimento estudantil teve um desenvolvimento impetuoso após o 25 de Abril. Um vasto movimento arastando dezenas de milhares de estudantes varreu o País. Foi uma demonstração inequívoca do apoio das massas estudantis ao MFA e de desejo de integração do seu movimento no movimento popular de massas. Foi uma demonstração da vontade de lutar pelos seus objectivos específicos e an-

democratização do ensino que têm de ser tomadas, das quais destacamos algumas:

- a) Extinção do analfabetismo.
- b) Medidas favorecendo o acesso a todos os graus de ensino das mais amplas camadas da população, particularmente da juventude trabalhadora; aumento radical do número e do quantitativo das bolsas de estudo, redução das propinas, aulas noturnas em todos os graus de ensino, estabelecimento de uma rede de habitações, cantinas e outros serviços para uso dos estudantes, descontos nos transportes.
- c) Modificação dos critérios de recrutamento de professores que permitam trazer para o ensino os mais capacitados no ponto de vista técnico e pedagógico.
- d) Instalações escolares compatíveis com o número de estudantes e com as suas necessidades pedagógicas: fornecimento de livros e outro material didáctico.

«Reafirmando estas medidas dentro dos princípios gerais que desde sempre apontou, a UEC considera que a Reforma não pode ser feita sem a participação concreta dos estudantes. Este trabalho da Reforma tem de ser feito por técnicos, professores capacitados, profissionais, mas também pelos estudantes.

«A UEC combaterá todas as cedências face ao tecnicismo e cupulismo daqueles que pretendem fazer a Reforma desligada das massas estudantis e populares e nas suas costas, mas combaterá igualmente o basismo e o anarquismo daqueles que sejam unicamente os estudantes a fazer a reestruturação global do ensino na sua escola.»

A UEC ao lado da classe operária «A UEC está profundamente empenhada em que os estudantes deem à luta popular de massas a contribuição extremamente valiosa que podem dar. Está a dispor todas as forças e energias para que os estudantes se coloquem ao lado da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas e do MFA para fazer frente às manobras e conspirações da reacção e conduzir o País até à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte.»

Define o documento do Comité Central da UEC. «Os estudantes comunistas demonstram ser nas es-

colas os mais firmes defensores dos ideais da liberdade, da paz e da democracia. Foram eles que, unidos com todos os outros estudantes revolucionários, com os professores progressistas, enfrentaram corajosamente as tentativas de sabotagem da reacção e dos grupos esquerdistas.»

E concluindo: «A UEC tem uma forte

organização, uma larga influência política, um grande prestígio na massa estudantil. Guiados pelo marxismo-leninismo, sob a direcção da vanguarda do proletariado — o PCP —, a UEC trará os estudantes para o lado da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares na conquista da paz, da democracia e do socialismo.»

De várias regiões do país estão a ser-nos enviadas notícias destacando o grande êxito de iniciativas de difusão massiva do «Avante!».

Uma dessas notícias vem da **Marinha Grande**. A organização local do Partido resolveu discutir o problema. Como podia a difusão do «Avante!» limitar-se a números que seriam honrosos quando ele circulava clandestinamente, mas insatisfatórios quando a sua difusão se pôde fazer abertamente?

As conclusões da discussão foram levar o «Avante!» até às fábricas, organizar a sua difusão no próprio local de trabalho.

Passou-se à acção. Os «Avante!» foram distribuídos por um grupo de difusores. Distribuídos com vistas largas; umas centenas para cada empresa.

Foi assim que o encarregado da difusão na Fábrica-Escola (Nacional) recebeu, à sua conta, cerca de 300 exemplares. Como distribuí-los todos?

Foi para a porta da fábrica e começou a entregar o «Avante!» a cada operário. Não perdia tempo a receber o dinheiro. «Vocês são de confiança. Volto no sábado para receber...»

E quando voltou, no sábado, todos os exemplares lhe foram pagos.

Foi assim que, na Marinha Grande, a venda do «Avante!» triplicou numa semana. A zona é, agora, das que marcham na vanguarda da difusão massiva do «Avante!».

Dentre outras regiões onde a difusão do «Avante!» pelas organizações do Partido está a ser feita também com grande amplitude citamos também a zona de Silves, e o Algarve em geral.

Em Silves o Centro de Trabalho do PCP distribuiu 500 «Avantes!». A venda na zona ultrapassa os 600, porque, além dos do Centro, são vendidos também «Avantes!» pe-

lo comércio local. O «Avante!» é distribuído pela cidade e nos arredores: Canhestros, Pedreira, Falacho, Estação, Teres, Alcantarilho, etc. Vão montar bancadas no mercado para venda de publicações e materiais do Partido.

Também no Barreiro, em Vila Franca e pelo Alentejo em geral é já bastante ampla a difusão do «Avante!».

Outras regiões há, porém, onde a difusão é ainda muito insatisfatória.

DISCUTIR A DIFUSÃO DO «AVANTE!» TOMAR MEDIDAS PRÁTICAS PARA ORGANIZAR ESSA DIFUSÃO, CRIAR GRUPOS DE DIFUSORES, LEVAR O «AVANTE!» ÀS FÁBRICAS E LOCAIS DE TRABALHO — PROMOVER A ASSINATURA DO «AVANTE!» — é uma tarefa que todas as organizações do Partido devem discutir com a maior atenção. Os resultados de iniciativas deste tipo já tomadas em várias regiões do País mostram a grande simpatia e aceitação que elas encontram entre os trabalhadores. Aos relatos que já publicámos sobre o enorme êxito das brigadas de jovens que, partindo do Centro de Trabalho do Partido para o Norte, foram distribuir o «Avante!» por toda a cidade do Porto muitos outros se têm vindo juntar. Uma brigada que iniciou a distribuição do «Avante!» na linha de Cascais conta-nos, por exemplo, o sucesso que foi a sua chegada a um mercado de Oeiras. «Esse é que é o jornal da foice e do martelo? Aquela que já havia dantes, às escondidas? — perguntavam as vendedeiras. Então dê-o cá. Esse é que é o nosso jornal.»

E ASSIM QUE A INICIATIVA DOS MILITANTES E SIMPATIZANTES DO PARTIDO, DOS AMIGOS DO «AVANTE!», NOS AJUDA A FAZÊ-LO CHEGAR AS MASSAS, AOS LOCAIS DE TRABALHO, A TODOS OS PONTOS DO PAÍS.

# QUE INTERESSES SERVEM E DE QUE FORMAS SE REVESTEM OS VÁRIOS MATIZES DO ANTICOMUNISMO

O anticomunismo não é um fenómeno accidental. Não é sequer um produto de importação, embora o formulário utilizado possa partir de centros irradiadores localizados além-fronteiras.

O anticomunismo é uma expressão mais acabada das forças reaccionárias. E o ideário do retrocesso social, Enfileiram nele os velhos bonzos da reacção, os continuadores do regime fascista, os representantes do imperialismo na nossa pátria, mas o anticomunismo tem ainda outros matizes. Reveste-se de formas mais discretas. Nem sempre aparece com a sua visível reacção reaccionária, agressiva e facilmente definida. Introduce-se nas relações sociais, na vida política sob a forma de insídias, de calúnia irresponsável, de deturpação de factos. Fala a linguagem da liberdade e em nome desta desvirtua princípios, ignora actos, para tornar odiado, aos olhos das grandes massas populares, os regimes socialistas, os partidos e os Governos que já libertaram os trabalhadores e os povos oprimidos da escravidão capitalista.

O anticomunismo é um instrumento de combate orquestrado pelos monopólios capitalistas, pelo imperialismo estrangeiro. Tem no nosso país classes e sectores sociais que se encarregam de lhes girar os planos, para neutralizar ou reduzir a influência do Partido Comunista e das ideias do socialismo entre a classe operária e as massas trabalhadoras, para quebrar a unidade das forças antifascistas, para enfraquecer ou anular a aliança com o Movimento das Forças Armadas.

## A ofensiva anticomunista

A recente crise ministerial provocada pela demissão do primeiro-ministro Palma Carlos pôs em evidência os esforços que vinham sendo desenvolvidos pelas forças reaccionárias para impedir o processo de democratização do País e para instaurar formas de governo que significariam um regresso aos métodos antidemocráticos e ao domínio da reacção.

A ofensiva concertada para provocar o caos económico e desacreditar o novo regime coincidiu com a intensificação da campanha anticomunista. As forças reaccionárias julgaram ter chegado o momento da contra-ofensiva vitoriosa.

A campanha anticomunista juntou numa mesma frente os reaccionários de todos os matizes e os verbalistas de «esquerda», empenhados em denegar as conquistas alcançadas, em reduzir o papel do MFA, em enfraquecer a influência do Partido Comunista, em provocar a desunião entre as forças antifascistas.

Os planos da reacção sofreram um novo insucesso. Mas a campanha anticomunista não cessou. As forças reaccio-

ordem, da paz e da liberdade!

Noutras afirmações, não menos elucidativas, os representantes das forças reaccionárias continuam a fazer o uso do velho arsenal anticomunista na esperança de conseguirem, num curto prazo, o que a governação fascista não obteve em quase meio século de actividade combinada e paga a peso de ouro de anticomunismo.

## Outros matizes do anticomunismo

O PCP não é apenas o alvo do anticomunismo sem máscara. É também motivo de ataque de certas pessoas e de certas correntes que não compreendem o momento que vivemos nem se dão conta do processo histórico que está à vista.

Alguns Governos de coligação, onde estão representadas as principais forças políticas, chamam o «monopólio» que conduziu à discriminação em favor das forças de esquerda.

Certas pessoas responsáveis, fingindo ignorar a complexidade de um Governo de coligação e as características do programa que lhe serve de base, pretendem lançar sobre o PCP responsabilidades que lhe não incumbem, vinculando-o a formas políticas que são estranhas ao seu ideário e aos seus objectivos.

Incapazes de compreender o momento que vivemos, outros sectores não se poupam a críticas acinzentadas sobre a participação dos comunistas no Governo, ambicionando que eles abandonem o Governo para cederem na prática o lugar às forças da reacção.

No trama discreto dos manobras do anticomunismo aparecem já os arautos da divisão da classe operária, falando em nome desta pelo menos nos seus rótulos políticos. Estes levantam já a pluralidade das organizações sindicais, a criação de diversas centrais sindicais, quando os trabalhadores, pelo seu esforço e paciente trabalho dos seus elementos mais representativos, não levaram ainda a cabo verdadeiramente a criação de uma central sindical única. A quem interessa a divisão dos trabalhadores portugueses?

As forças reaccionárias desenvolvem um grande esforço para evitar o alargamento e consolidação da aliança da classe operária com os camponeses. A campanha anticomunista toma aqui uma forma desafortunada. «Os comunistas querem roubar-vos as vossas pequenas propriedades — dizem os agentes dos grandes agrários. — Estão-se preparando para isso. Vão pegar fogo às searas, vão começar a destruir tudo.»

Mas a realidade dos factos demonstra que são os grandes agrários que mandam incendiar as searas, como o comprovaram os recentes acontecimentos no Alentejo. E não

foram, não são nem serão os comunistas que liquidarão milhares e milhares de pequenos e médios proprietários, privando-os das suas terras. Essa foi obra do fascismo, dos bancos, dos monopólios capitalistas e do imperialismo estrangeiro.

Os comunistas não são inimigos dos pequenos e médios camponeses, como o não são dos pequenos e médios comerciantes e industriais. Estes sectores são aliados da classe operária na batalha que conduzimos pela instauração de um regime democrático em Portugal.

## O anticomunismo de «esquerda»

A grande arma da reacção contra o Partido Comunista foi a calúnia e a insídias. Continua a sê-lo no momento presente. Mas a reacção tem hoje nos verbalistas de «esquerda» aliados preciosos neste domínio. O seu arsenal é comum. Não são diferentes os seus métodos de acção. Vamos dar as mãos nas mãos sordidas campanhas de calúnia, na divulgação das más ideias insídias contra o PCP. Fazem-se eco de notícias da Imprensa capitalista inglesa sobre um empréstimo de 780 mil contos da União Soviética ao PCP com a mesma venenosa intenção com que afirmam que o camarada Álvaro Cunhal possui grandes propriedades no Alentejo, habita um luxuoso apartamento no Hotel Ritz ou que o PCP vai comprar «O Seculo» por 500 mil contos.

A imprensa dos aventureiros «esquerdistas» ultrapassa em tom e em modo os ataques da Imprensa fascista e reaccionária contra o PCP e as forças antifascistas. E mais odienta e grosseira.

Não nos queremos deter sobre a incapacidade de que têm dado prova os verbalistas na apreciação da actual conjuntura política. A sua lógica formal é simplesmente ridícula. Os filhos-família que se agitam no frenesi da frase revolucionária não vêem mais longe do que o estreito ambiente de café, onde tracam os grandes planos da sua acção subversiva.

«Fortalecer a aliança do povo com as Forças Armadas é fortalecer a aliança do povo com o principal pilar que sustém de pé o Estado da burguesia» — afirmava em editorial uma das trombetas da revolução conduzida pelos filhos da burguesia.

## Objectivos comuns do anticomunismo

São diversos os matizes do anticomunismo. Mas não são diferentes nos seus objectivos.

Todos eles pretendem isolar os comunistas, cortá-los das massas, reduzir a zero a sua influência. São ambições de verdadeiros inimigos da democracia. Mas estes são vítimas da sua política de ódio em relação ao Partido do proletariado.

Todos eles visam desarmar a classe operária da sua verdadeira vanguarda, condená-la à aventura.

Todos eles visam dividir os trabalhadores e as forças antifascistas, quebrar a aliança com o Movimento das Forças Armadas.

Na sua acção perversa pretendem desacreditar as ideias do socialismo científico, reduzi-las a uma ideologia irracional, que nada tem a ver com os objectivos da classe operária e das massas populares, com a estratégia e táctica do partido do proletariado. Todos eles se têm empenhado em denegrir com raro fervor as realizações dos países socialistas e em particular da União Soviética.

Os objectivos do anticomunismo não podem ser ignorados nem subestimados. Eles constituem um obstáculo ao desenvolvimento da democracia, às conquistas populares no nosso país, à luta da classe operária.

A nossa acção de denúncia e de combate às manobras do anticomunismo deve corresponder às exigências do momento presente e ao processo democrático em curso. Assim serviremos melhor a causa dos trabalhadores, a causa da paz e da independência dos povos, a causa da unidade, a causa da democracia em Portugal.

# O ASSASSÍNIO DO GENERAL DELGADO

SABE-SE que são já conhecidos os autores do assassinio do general Humberto Delgado, falando-se com insistência no nome de Rosa Casaco, bem conhecido dos presos políticos do tempo do fascismo pela sua crueldade e brutalidade.

Confirma-se o que disseram as forças antifascistas. Confirma-se que os assassinos da PIDE atravessaram a fronteira com falsos passaportes, aliás já citados, no tempo, pelos tribunais espanhóis. Confirma-se que havia uma cilada armada ao general e que este foi abatido a tiro pelos agentes da PIDE, que assassinaram também a sua secretária. Confirma-se que enterraram os cadáveres para os fazer desaparecer. E sabe-se agora que os assassinos receberam ordens superiores para destruir os automóveis utilizados, o que teriam feito na estrada de Sintra.

Nada indica que o segredo de justiça seja razão suficiente para os factos não serem trazidos a público. Toda a gente fala no caso, mas o segredo continua.

É tempo de acabar com esse segredo e de revelar ao povo de Portugal a história tenebrosa desse crime do fascismo. E que não fiquem dúvidas. Não basta revelar quem foi ao encontro-armadilha e quem matou. Será necessário apurar quem deu ordens e quem deu cobertura aos assassinos.

O próprio Salazar, num discurso, lhes deu cobertura. Salazar morreu. Mas muitos outros autores morais e co-autores estão vivos e impunes. É necessário que não escapem à justiça.

# CONSTRUÇÃO DUM ESTADO DEMOCRÁTICO — objectivo fundamental inscrito no Programa do PCP

O programa do PCP nasceu em plena ditadura fascista. Fez a análise da sua política. Traçou a linha de acção para lhe pôr termo. Definuiu os pontos básicos das medidas a tomar para derrubar a ditadura fascista e instaurar a democracia.

No programa do PCP se consubstanciam os objectivos da revolução democrática e nacional.

O grande mérito do Programa do PCP é que ele se fundamenta numa análise precisa da realidade política nacional. Determina as forças sociais que se apoderaram do Poder: os monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e aos grandes agrários. Dissecta as consequências desse poder tentacular sobre a classe operária, sobre os camponeses, a pequena burguesia urbana, sobre sectores da média burguesia, sobre os intelectuais, sobre as classes e sectores antimonopolistas.

Para defender o domínio dos grandes bancos e das forças monopolistas o fascismo criou o seu aparelho de Estado.

O Estado fascista foi um instrumento de opressão e de espolição das classes dominantes.

A organização corporativa consubstanciou esse domínio ruinoso. Foi um instrumento de controlo da vida económica nacional pelos grandes capitalistas e pelos grandes agrários.

«A ausência de liberdades, o despotismo e o terror pesaram tanto na vida dos portugueses — assinala o programa do PCP — que a liquidação da opressão fascista e a conquista da liberdade política se tornaram uma aspiração central e o objectivo mais imediatamente ansiado pelas massas populares.»

A conquista da liberdade política é o primeiro passo necessário e fundamental — segundo afirma o programa do PCP — para a realização de uma transformação democrática da sociedade portuguesa.

## Os primeiros golpes no Estado fascista

O Movimento do 25 de Abril vibrou golpes decisivos no estado fascista. Levou depois a cabo a demolição das suas estruturas. Cumpriu o dever patriótico de dissolver os órgãos do poder fascista: a Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, PIDE/DGS, Legião Portuguesa, Acção Nacional Popular, Mocidade Portuguesa.

Instauraram-se as liberdades fundamentais: liberdade sindical, de palavra, de imprensa, de reunião, de circulação de greve e de manifestação. Os trabalhadores transformaram os sindicatos no controle fascista em órgãos livres sob a sua direcção. As casas do povo passaram em grande parte para as mãos dos operários agrícolas. Os pequenos camponeses criaram as bases que conduziram à formação de uma Liga de Camponeses, que se dispõe a defender os seus interesses.

No domínio do aparelho administrativo das autarquias locais iniciou-se já o processo de saneamento e de democratização, embora com hesitações, contradições e manobras que dificultam o seu desenvolvimento.

Foram passos importantes que levaram à destruição do estado fascista — abriram o caminho para a construção de um Estado democrático.

## O programa do PCP aponta o caminho para a construção do Estado democrático

A máquina do estado fascista nunca poderia servir um regime democrático. As suas estruturas, os seus homens e os seus métodos são incompatíveis com a instauração da democracia. As forças antifascistas, o povo português, o Movimento das Forças Armadas demonstraram com factos que compreenderam esta situação.

«As forças revolucionárias — escreve o programa do PCP — não se podem limitar a tomar conta da máquina do estado fascista, para utilizá-la, pronta como está, introduzindo-lhe apenas as modificações e substituindo-lhe os funcionários. A primeira tarefa das forças revolucionárias é destruir o estado fascista e substituí-lo por um Estado democrático ao serviço do povo, ao serviço da revolução democrática e nacional.»

Se não avançamos neste domínio, se não criamos rapidamente o aparelho do Estado democrático, não podemos assegurar as conquistas já alcançadas nem criar as condições para a renovação e a reconstrução da vida nacional que constituem os objectivos da democracia.

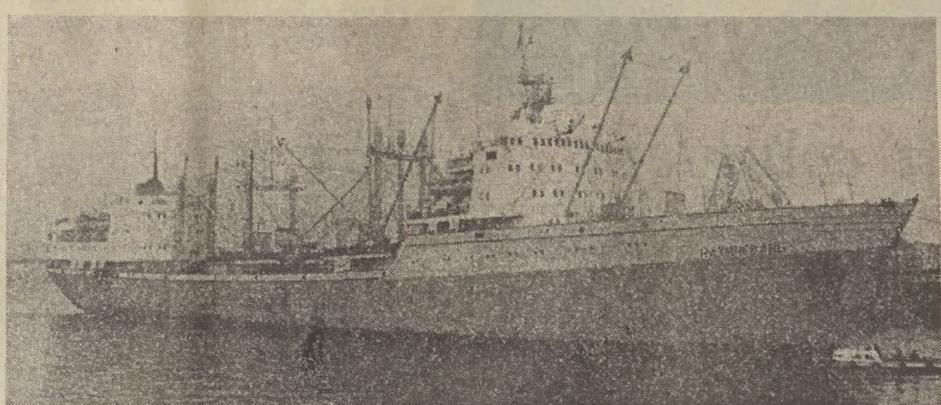
## A vigilância das massas e os provocadores

A população de Montemor-o-Novo desmontou uma provocação de um grupo de sete fascistas, isolando-os e conduzindo-os ao posto da GNR, onde exigiu a sua identificação, mostrando até que ponto a vigilância das massas pode impedir o desenvolvimento das provocações da extrema-direita.

O grupo distribuiu panfletos anticomunistas assinados pelas «Brigadas anticomunistas» e pela «UTA — União dos Trabalhadores Alentejanos». Estes «trabalhadores» faziam-se transportar em dois carros, um deles de luxo, o CO-3301 e o BB-37-23, mas não tiveram coragem para manifestar publicamente o seu fascismo, escondendo-se sob a capa do anticomunismo e dando ânimo a miúdos para lançarem os seus «papeluchos» provocadores.

Um dos grupos de 7 provocadores, dois dos quais anglofones, foi detectado rapidamente junto do café «Monte Alentejano». Juntou-se um grupo de 30 a 100 pessoas em volta dos carros. A PSP foi logo informada, como o Quartel-General de Évora. Procurou-se acalmar os que queriam danificar logo os carros e lançar-se contra os provocadores. Um GNR identificou-os por exigência de dois democratas, mas mais tarde libertou-os. Todos os elementos foram enviados às Forças Armadas de Évora.

# UM BARCO PARA O FUTURO



Estamos satisfeitos por estarmos em Portugal. Pela primeira vez estamos no nosso belo país e encontramos-nos satisfeitos pelo modo como o vosso povo nos recebeu. Em todos os sítios da cidade por onde passámos hoje fomos muito bem acolhidos.

Temos esperança que o amizade entre o povo soviético e o povo português aumentará e se fortalecerá.

Estas foram as primeiras palavras de Nicolau Jerlins, primeiro oficial do «Nakhichevan», quando, no dia seguinte à sua chegada, a reportagem do «Avante!» esteve a bordo.

## Condições de trabalho

Muita gente ali acorreu, nomeadamente grande número de pescadores. Na altura em que chegámos, um grande número deles, alguns mesmo no interior do barco, visitavam as instalações, tomando contacto com outros trabalhadores do mar.

A troca de impressões com camaradas de um país, como o qual só agora podemos estabelecer relações diplomáticas, permite-nos hoje divulgar mais fácil e directamente as realidades do sistema socialista que interessarão a todos os trabalhadores.

O diálogo encaminhou-se naturalmente para a frota pesqueira soviética, para o horário e condições de trabalho neste ramo de actividade.

Completamente renovada — todos os navios que fazem parte da frota actual foram construídos nos últimos 10 anos — está equipada com tudo o que é necessário para o trabalho, o estudo, o descanso.

Os trabalhos de pesca são feitos por períodos de 4 horas, descansando 8, e assim sucessivamente, sempre no mesmo ritmo. Estas viagens podem demorar 3 a 3 meses e meio. As refeições, gratuitas, são servidas quatro vezes por dia. Depois deste período de viagem no mar há um mês de férias obrigatório.

Neste período, muitos dos trabalhadores aproveitaram para fazer os seus exames — disse-nos o nosso interlocutor.

## Um professor a bordo

A pergunta de como conseguiram os trabalhadores conciliar o trabalho e o estudo, respondeu-nos: «Há sempre a bordo um professor para que todos os marinheiros cumpram o período obrigatório de ensino (10 anos) e completamente o ensino secundário. Para os que cursam nas universidades os barcos possuem bibliotecas, especializadas e todos os elementos necessários para que qualquer homem prosiga os estudos até onde as suas aptidões o permitam.»

Para a preparação profissional dos pescadores, existem vários institutos, como os de Odessa, Leninegrado, Kalinegrado e outros.

A par do ensino, a cultura é uma preocupação constante do Governo em qualquer local de trabalho. Assim, nos navios existem bibliotecas, salas de cinema e de música.

Asseguram-se condições de saúde através de enfermarias especializadas e bem equipadas. Em viagens de longa duração, o navio dispõe de todo o corpo hospitalar necessário: gabinete de raios X, gabinete cirúrgico, dentista e estomatologista.

Acerca do 25 de Abril, Nicolau Jerlins, precisou bem:

«Penso que é a vontade do povo português e assim pensa cada cidadão soviético.»

## À margem

A margem dos problemas e interesses dos trabalhadores, utilizando a demagogia pseudo-revolucionária, procurando utilizar o fundo descontentamento dos trabalhadores ceifante e colunizador, eles estavam em Matosinhos. O verbalismo esboçante e colunizador, tanto mais repugnante quando desperado, tem (como tinha no passado, quando o nosso povo lutava contra o fascismo colonialista) como alvo único o partido da classe operária.

A chegada a Leixões do barco soviético serviu de pretextos às especulações habituais, mas que só os incautos logram. Deixe-nos falar os pescadores portugueses: Não há aqui qualquer forma de concorrência e assegura-se até a estabilidade mínima de trabalhadores conservadores. A solidariedade de classe, assim demonstrada, marca bem contraste com o paternalismo verbalista...

# Nova dinâmica para a paz e a independência

Nos últimos dias algumas medidas de grande importância foram tomadas em relação ao problema colonial: publicação da Lei Constitucional sobre o reconhecimento do direito dos povos à independência, declaração sobre o apoio dado por Portugal à entrada na ONU da República da Guiné-Bissau, nomeação da Junta Governativa de Angola e anúncio de idêntica medida para Moçambique, corte de relações com o Malawi, medidas de saneamento em Angola.

Este conjunto de medidas reflecte a nova dinâmica que o Governo Provisório quer imprimir à solução política do problema colonial.

Vindas após um período em que a falta de clarificação de problemas de fundo e de medidas eficazes levou a um sério agravamento da situação em Angola e Moçambique, as iniciativas agora tomadas poderão, de facto, «abrir novas perspectivas».

Necessário é, para isso, que sejam coerentemente aplicadas, dentro do espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas e da recente alteração à Lei Constitucional que reconhece o direito dos povos coloniais à independência.

Uma concretização de grande significado

A alteração à Lei Constitucional não é apenas a melhor formulação do Programa das Forças Armadas. É um passo em frente, e um passo do mais alto significado para a solução do problema colonial.

O que era perseguido como um crime durante o fascismo tornou-se agora, no que respeita às ideias gerais, a política oficial portuguesa.

O aditamento aprovado pelo Conselho de Estado, concretizando o alcance do princípio da autodeterminação, desfecho um golpe às especulações dos que jogavam no retardamento das medidas políticas, numa tentativa de fazer sobreviver ainda o velho colonialismo ou dar campo para manobras neocolonialistas.

As tendências neocolonialistas tentam ainda outras manobras, outras ofensivas. São de esperar. Será ainda necessário travar uma batalha para impedir retrocessos, interpretações distorcidas, subterfúgos. Invocando as diferenças (reais) de situação nos vários territórios, aparecerão ainda tentativas para atrasar, em alguns deles, o processo da independência.

Agora porém, no quadro político, o que mais pesa são as declarações reconhecendo que irreversível o processo da descolonização, a independência como seu resultado natural.

A posição do Governo Provisório neste problema vital do país ficou bem claramente expressa na declaração feita pelo Primeiro-Ministro durante a investidura, quando se referiu aos esforços «no sentido de resolver, no mais curto prazo de tempo, este problema, tendo em atenção todos os seus condicionamentos, na mais pura e sincera determinação de ser obtido um cessar fogo e de ser iniciado um processo justo de descolonização, sem ambiguidades e que não conduza a soluções neocolonialistas.»

O povo português não pode deixar de ver em tais palavras uma expressão dos seus urgentes anseios.

## Levar a Carta a Garcia

As medidas tomadas para Angola e as declarações feitas na tomada de posse da Junta Governativa indicam que há a disposição de não ficar apenas em formulações gerais. O corte de relações com o Malawi dá uma advertência contra as intervenções dos que apoiam os elementos fascistas. O comunicado conjunto ontem publicado pelo Governo-Geral e o Comando-Chefe de Moçambique é uma firme tomada de posição contra o terrorismo racista dos elementos colonialistas. A posição em relação à entrada da Guiné-Bissau na ONU é uma aplicação concreta, no plano internacional, do reconhecimento do direito à independência.

Este conjunto de medidas permitiu já uma melhoria da situação geral em Angola e Moçambique. Reforça-se a posição internacional do Governo português. Criam-se melhores condições para passar a uma outra etapa das negociações com os representantes dos movimentos de libertação. O reconhecimento do direito à independência como consequência da aplicação do princípio da autodeterminação no processo das negociações pode conduzir a um rápido desfecho de toda a questão colonial.

Muito depende agora do dinamismo e coerência com que forem desenvolvidas estas medidas. A situação do nosso país e a vontade inequívoca do nosso povo exigem uma política dinâmica e de vistas largas.

O problema colonial é ainda extremamente complexo, difícil, podem levantar-se dificuldades inesperadas.

Mas mantendo claro o objectivo, com reconhecimento do direito à independência, poderemos também, neste caso, «levar a carta a Garcia».